

História Diplomática

Armindo Monteiro e a política externa do Estado Novo (1935-1943)*

PEDRO Aires OLIVEIRA

Mestrando em História do Século xx

FCSH/UNL

- Com algumas modificações, este artigo resulta de um trabalho apresentado no âmbito do Seminário de História Institucional e Política da Europa, do curso de Mestrado de História do Século xx (fcsH/unl), dirigido pelo Prof. Doutor José Medeiros Ferreira.

Completada a edição dos principais acervos documentais que ilustram a estratégia diplomática do salazarismo face à Guerra Civil de Espanha e ao segundo conflito mundial¹, é lícito que se proceda a um exame mais atento do protagonismo alcançado por figuras como Luís Teixeira de Sampaio (secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros entre 1929 e 1945), Pedro Teotónio Pereira (embaixador em Espanha entre 1938 e 1945) e Armindo Monteiro (ministro dos Negócios Estrangeiros em 1935-1936 e embaixador em Londres entre 1937 e 1943). Com efeito, mais do que diligentes executores das directivas diplomáticas de Salazar, titular da pasta dos Estrangeiros entre 1936 e 1947, esses homens desempenharam um papel de inegável importância na formulação da política externa do Estado Novo nas décadas de 30 e 40.

Neste artigo abordam-se os aspectos essenciais da carreira política e diplomática de Armindo Monteiro (1896-1955), um dos mais talentosos colaboradores de Salazar e, seguramente, um dos raros personagens do regime que, em privado, ousou questionar a infalibilidade do Presidente do Conselho.

Uma palavra final para as fontes utilizadas. Para além dos materiais impressos acima referidos, recorreu-se ainda à documentação existente no Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (mne), no Public Record Office (Londres), bem como a alguns escritos inéditos de Armindo Monteiro, na posse de familiares seus.

Armindo Monteiro no Ministério dos Negócios Estrangeiros: de Maio de 1935 a Novembro de 1936

Ao ser designado para o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros, em 11 de Maio de 1935, Armindo Monteiro era já uma das figuras emblemáticas do Estado Novo. Reputado especialista em finanças públicas, professor catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa, estreia-se nas lides governativas em Novembro de 1929, altura em que aceita um convite de Oliveira Salazar para subsecretário de Estado das Finanças. Co-autor de um dos textos fundadores do novo regime – o Acto Colonial – ascende à titularidade do Ministério das Colónias em Janeiro de 1931. Homem da inteira confiança pessoal e política de Salazar, notabiliza-se como doutrinador da nova «mística imperial» e empreende uma vasta ofensiva ideológica em torno dos valores do Império e da Raça. No decurso desse mandato ministerial, assina também os diplomas que visavam pôr em

prática a orientação autoritária, nacionalista e centralizadora inscrita no Acto Colonial, designadamente, a Carta Orgânica do Império Colonial Português e a Reforma Administrativa do Ultramar (ambos de 1933).

Em 1935, com as instituições que davam forma ao Estado Novo em vias de consolidação, Salazar encontra finalmente disponibilidade para devotar alguma atenção às questões de política externa, as quais, segundo Franco Nogueira, desde sempre o haviam fascinado. Insatisfeito com o desempenho dos titulares da pasta dos Estrangeiros, procura alguém capaz de imprimir uma outra firmeza à condução da diplomacia do regime. Para tanto, opta por substituir o «acomodatício» José Caeiro da Matta² por Armindo Monteiro. Cosmopolita, fluente em línguas, negociador tarimbado, Monteiro parecia reunir as qualidades indispensáveis para uma actuação a contento de Salazar. Possuía, além do mais, uma certa experiência internacional: para além de ter participado no processo de negociação da dívida da Primeira Guerra Mundial à Inglaterra (Dezembro de 1926), chefiara a delegação portuguesa à Conferência Internacional da Trégua Aduaneira (1929), em Genebra, e fora membro correspondente do Comité Fiscal da Sociedade das Nações (sdn) em 1932. Por outro lado, a passagem pelo Ministério das Colónias proporcionara-lhe alguns contactos internacionais em Paris e Bruxelas (foi condecorado pelo célebre Marechal Lyautey em 1931, aquando da sua visita à Exposição Colonial de Paris) e familiarizara-o com os diplomatas britânicos acreditados em Portugal³.

Um ministro polémico entre o corpo diplomático

Não foi pacífica a passagem de Armindo Monteiro pelo mne. Senhor de um temperamento autoritário e voluntarioso, desde logo se impacienta com os métodos de trabalho que encontra no Palácio das Necessidades e com o perfil dos diplomatas portugueses – na sua opinião, politicamente mal preparados e demasiado acomodados nas respectivas carreiras.

Assim, escassos meses decorridos sobre a sua nomeação, dota o mne de uma controversa lei orgânica⁴. Publicada em Dezembro de 1935, a «Reorganização dos serviços do mne» vinha introduzir alterações importantes tanto no regime administrativo do Ministério como no estatuto do corpo diplomático. Alterações que implicaram uma centralização dos serviços – a Secretaria dos Negócios para a sdn, por exemplo, é suprimida, passando as suas competências para a Repartição dos Negócios Políticos – e um esvaziamento da autonomia do pessoal diplomático – a partir de então proibido de emitir declarações públicas sem a prévia autorização do ministro e, pela primeira vez, sujeito a um regime de fiscalização das suas funções no estrangeiro.

Conhecido nos corredores do Ministério como o «regulamento penal e disciplinar do mne», o Decreto n.º 26 162 permaneceu em vigor somente até 1938. A razão para esse curto período de vigência ter-se-á ficado a dever à hostilidade que o influente secretário-geral do Ministério, Luís Teixeira de Sampaio, lhe dedica e, sobretudo, à forma como são recebidas as críticas expressas no relatório do decreto a respeito da preparação política dos nossos diplomatas⁵. Para mais, a avaliar pelo número de processos disciplinares que mandou instaurar a cônsules e outros diplomatas menores, é pouco provável que Monteiro tenha deixado saudades nos funcionários de carreira.

A sua relação com os embaixadores de nomeação política não foi mais harmoniosa, bem pelo contrário. Com efeito, em Dezembro de 1935, viu-se obrigado a levar a Conselho de Ministros um incidente ocorrido com o embaixador de Portugal em Londres, Ruy Ennes

Ulrich, o qual, tendo tomado conhecimento da visita a Londres do pretendente ao trono de Portugal, D. Duarte Nuno, decidira recebê-lo para jantar nas instalações da embaixada. Agitado por alguma imprensa lisboeta, o caso caiu mal junto do Presidente da República e da ala «republicana» do regime. Por sugestão de Carmona, e com o apoio de Armindo Monteiro, o Conselho de Ministros votou a exoneração de Ruy Ulrich. Tão ressentido ficou este que, anos mais tarde, viria a acusar publicamente Monteiro de ter conspirado com vista ao seu afastamento, abrindo assim caminho para a sua própria nomeação como embaixador na Corte de St. James.

Armindo Monteiro na Sociedade das Nações: a crise ítalo-abissina e a questão da reforma do Pacto da Sociedade

Na sua primeira exposição de fundo sobre política externa, a muito citada Nota Oficiosa de 20 de Setembro de 1935, Oliveira Salazar não escondia o seu cepticismo a respeito das possibilidades da sdn: «(...) deve notar-se que pela não entrada dos Estados Unidos, pela organização particular dos Estados americanos e pela saída do Japão, a maior parte da política americana e asiática não é feita através da Liga: Genebra é fundamentalmente centro de política europeia e de política continental, com algumas repercussões – e nós desejaremos que sejam poucas – na política africana»⁶.

Inflectida a orientação externa da I República e dos primeiros governos da Ditadura – orientação que, entre outras coisas, privilegiava uma presença mais activa em Genebra, por forma a atenuar a dependência financeira e política em relação a Londres⁷ –, Salazar aposta num alheamento do País face às questões continentais europeias e num «assumido regresso ao atlantismo»⁸. Os motivos dessa opção eram fáceis de adivinhar: num contexto internacional dominado pela precaridade dos pactos de segurança colectiva e por um certo «darwinismo político», o chefe do Governo procura refúgio numa posição de relativa autarcia, esperando que a aliança inglesa continuasse a garantir a independência do país, a integridade do império colonial e a sobrevivência do Estado Novo, afinal, os fins últimos da sua política externa.

Todavia, foi exactamente a amizade inglesa que arrastou Portugal para o epicentro de uma das mais dramáticas crises da sdn: a agressão da Itália à Abissínia, seguida do episódio das sanções aplicadas ao regime de Mussolini.

A atenção devotada por Armindo Monteiro e pelas legações portuguesas no estrangeiro a uma questão tão exótica como o affaire abissínia pode ser explicada por duas razões: a dimensão «africana» do conflito, por um lado, e o facto do voto português no Conselho Geral da sdn (na qualidade de membro não permanente) poder interessar à Grã-Bretanha, por outro.

Sendo a Etiópia um membro de pleno direito da sdn, com a sua independência garantida pelo Pacto e, de certa forma, pela Inglaterra (potência com interesses no Alto Nilo e no Sudão e um longo passado de intervenções na região), Portugal não podia deixar impune a agressão de uma potência revisionista, mau grado as afinidades ideológicas que com ela partilhava. Para uma modesta potência colonial, sobre a qual pendiam acusações de incúria a respeito das suas responsabilidades «civilizacionais», o eventual reconhecimento da anexação da Etiópia abriria um precedente de alguma gravidade com vista a uma revisão do statu quo colonial⁹. E em meados do anos 30, essa revisão encontrava-se de certo modo inscrita na agenda internacional sob a forma do debate em torno do acesso das potências industriais europeias às matérias-primas africanas. Sabe-se

hoje que nem a Grã-Bretanha nem a Alemanha ponderaram seriamente essa hipótese. Todavia, a sua simples discussão num fórum internacional como a sdn era o suficiente para semear a inquietação e o nervosismo entre os responsáveis portugueses.

Armindo Monteiro, ex-ministro das Colónias e ideólogo do Império, seguiu atentamente o desenrolar da crise ítalo-abissina. A sua percepção inicial do conflito, porém, não apontava para uma condenação da potência agressora. Num ofício de 31 de Maio de 1935, instruía mesmo Ruy Ulrich no sentido de testar a reacção do Foreign Office a um eventual apoio português à Itália, uma vez que poderia «convir à nossa maior tranquilidade de potência colonial que a Itália se absorva na aventura cara e demorada da Abissínia»¹⁰.

No Verão de 1935, a Grã-Bretanha e a França, pressionadas pelas respectivas opiniões públicas¹¹, decidem enveredar por uma postura de maior firmeza face à escalada agressiva de Mussolini. Depois dos fracassos de 1931 (questão da Manchúria) e de 1934 (abandono de Hitler da Conferência de Desarmamento da sdn), as potências democráticas pareciam finalmente apostadas na revitalização da segurança colectiva consignada no Pacto da sdn. De Londres, o embaixador português aconselhava o Governo a concertar posições com a aliada: «O exemplo da Etiópia poderia amanhã justificar atitudes análogas, o que não deixaria de oferecer perigos para países fracos e senhores de vastos domínios (...). Nas questões como esta, em que não temos nenhum interesse próprio, penso que nos convém sempre acompanhar a Inglaterra para termos o direito de reclamar que ela nos acompanhe também naquelas que efectivamente nos interessarem»¹².

Em Julho de 1935, o ministro dos Estrangeiros desloca-se a Genebra, a fim de participar na sessão do Conselho da sdn que se devia pronunciar sobre o acto de guerra da Itália fascista. Sobre essa reunião, vale a pena evocar aqui as impressões que registou no seu diário, bem reveladoras da forma como os dirigentes portugueses encaravam a sdn e o tipo de diplomacia que aí se praticava: «Às 5 h. Reunião do Conselho. Espectáculo menos que medíocre. Chamavam-lhe reunião privada – mas estavam presentes mais de 200 pessoas. Sala enorme mas sem grandeza. Os membros sentam-se à volta de uma mesa coberta com um paninho verde, de lã. O presidente, o russo Litvinov – comissário bolchevique para os Negócios Estrangeiros – abre a sessão batendo na mesa com um pequeno martelo de madeira amarela e gritando: The meeting is open! Está vestido de preto e tem uma camisa de seda este comissário do Povo – com o colarinho fora do seu lugar e a gravata à banda. Cabelo branco e raro, luneta pendurada no nariz, pele rosada e fina; é baixo e gordo; tem o pequeno ar de um burguês satisfeito com a vida. E creio que tem razões para isso. À sua direita encontra-se Laval, representando a França; à esquerda o secretário-geral da Liga (Avenol) e logo em seguida Eden, o ministro da Grã-Bretanha para os negócios da sdn. Depois, para cada lado da mesa, as gentes menores. Fico – creio que por motivo de antiguidade no Conselho – entre a Austrália e a Turquia. Laval tem um pequeno sorriso profissional: de vez em quando lança com o braço uma saudação amável. Eden roe as unhas; de espaço a espaço atira-se sobre a mesa e encosta-se no braço. Veste um fato cinzento escuro e um colete de linho cru – todo desalinhado. Olho os homens e as coisas à minha volta e fico com a impressão de estar na pequena assembleia geral de uma pequena companhia. Vai discutir-se um acontecimento de que talvez dependa a paz do mundo. E, não sei porquê, parece-me que vamos tratar apenas de conhecer o Relatório e Contas da última gerência (...). A sessão é rápida. O delegado italiano – alto, magro, anguloso – lê, arrastadamente, em mau francês e com péssima pronúncia, uma

declaração. Laval intervém pachorrentamente para dizer que todos estão de acordo, afinal. Jêze, em nome da Abissínia declara, com lógica, que não é bem assim: e quando todos esperavam que o desacordo surgisse, bruscamente Jêze declara que afinal também está de acordo»¹³.

A 17 de Agosto de 1935, no seguimento de informações oriundas de Londres e de pressões britânicas em Genebra, Monteiro emitia declarações que deixavam antever a possibilidade de Portugal vir a condenar a Itália na sdn. Numa extensa entrevista concedida ao Diário de Notícias, afirma: «Nós somos no mundo, essencialmente, uma grande potência africana. É este facto que, acima de todos, marca a nossa posição internacional. Nada do que se passa em África nos pode ser indiferente. Isto bastaria para nos fazer seguir os acontecimentos com atenção inquebrantável. Mas acrescenta-se que, com a fundação da Sociedade das Nações, se inaugurou no mundo um sistema de garantias mútuas e de segurança colectiva, a que estamos ligados. E tudo o que lhe respeita, respeita-nos também. Não podemos permitir que sejam feridos certos princípios, ao menos sem protesto – e há outros por que devemos lutar até ao fim. Deles podem depender os interesses fundamentais da Nação».

O envolvimento directo de Portugal na crise ítalo-abissina é finalmente precipitado em Outubro de 1935. Por indicação do ministro inglês para a sdn, Anthony Eden, Monteiro é indigitado presidente do comité que vem a declarar a Itália agressora no incidente de Ual-Ual. Apesar de excluir a hipótese de uma declaração de guerra ao agressor, ou a expulsão do mesmo da sdn (era isso que previa a alínea n.º 1 do artigo 16.º do Pacto), a resolução aprovada pelo Comité dos Seis abria no entanto caminho à aplicação de um embargo económico e militar.

Alguns dias mais tarde, e um pouco ao arrepio do pressuposto do alheamento português face às questões da sdn, Monteiro autoriza também que o delegado português em Genebra, Augusto de Vasconcelos, assumia a presidência da comissão incumbida de formalizar as sanções económicas e financeiras à Itália. Apesar de todas as manifestações de desagrado que a diplomacia italiana fez sentir a Lisboa¹⁴, Monteiro parecia genuinamente empenhado no sucesso das sanções, lamentando apenas a falta de bom senso exibida por Mussolini. Em Novembro de 1935, como persistissem os contactos entre as chancelarias das grandes potências com vista a uma solução de compromisso, chega até a repreender com alguma dureza os sentimentos pró-fascistas do ministro português na Santa Sé, Alberto de Oliveira: «As boas notícias de que V. Ex.ª fala no seu ofício para nós não são rigorosamente notícias de paz – mas de uma paz que não crie para a segurança do Império colonial português um precedente que seja razão de morte ou certeza de violência, a curto ou a longo prazo. Julga o Governo que os princípios do Pacto dão a Portugal, sendo aplicados, ainda que com sacrifício, uma garantia tão forte quanto é humanamente possível desejar; e que por isso – sem contar com o respeito à palavra dada que é o que distingue os homens e as nações honradas dos que o não são – Portugal tomou a posição que todos conhecem (a votação favorável das sanções). Evidentemente esta posição comporta sacrifícios de vária ordem – até de ordem sentimental. É de crer que persistindo a exaltação fascista caíam sobre a Europa graves perigos. O amesquinamento do regime mussoliniano pode atingir os mais governos de tipo autoritário e conservador da Europa. Mas que para assegurar o que há de verdadeiramente grande e permanente na Nação tem de se correr este risco. Um Governo que tem por lema fazer tudo pela Nação, fará tudo pela Nação, com pensamento

exclusivo no interesse desta. Ninguém demonstrou ainda que a política assim indicada não seja a melhor – apesar dos riscos»¹⁵.

Uma vez decretadas as sanções, nem por isso as potências democráticas enjeitaram novas tentativas com vista ao apaziguamento de Mussolini, desta feita sob a forma de um plano que praticamente oferecia a Etiópia em protectorado ao ditador italiano – o chamado Plano Hoare-Laval, imediatamente denunciado pela imprensa francesa e que haveria de conduzir à demissão dos ministros que o conceberam (Samuel Hoare e Pierre Laval). Depois da chegada de Anthony Eden ao Foreign Office, em Janeiro de 1936, a política inglesa face a Roma dá finalmente sinais de um certo endurecimento. Verificando a reduzida eficácia das sanções – agravada pela ausência na sdn de potências como a Alemanha, o Japão e os Estados Unidos –, o Governo conservador de Baldwin contempla então a hipótese da inclusão do petróleo e outros combustíveis no pacote das sanções. A 7 de Março de 1936, porém, no momento em que o Conselho da sdn se preparava para votar essa proposta, um acontecimento inesperado vem destroçar por completo a linha de firmeza ensaiada por Eden. Nesse dia, após denúncia do Pacto de Locarno, Adolf Hitler desencadeia a ocupação da zona desmilitarizada do Reno. Perseguindo a reconstituição da chamada Frente de Stresa, as potências democráticas deixam morrer a ideia do alargamento das sanções, consumando assim a derradeira capitulação da sdn.

A partir de meados de 1936, também o ministro português dos Negócios Estrangeiros passa a encarar com outros olhos a reconciliação com a Itália. Embora careça de evidência documental, é possível que semelhante volte-face encontre a sua explicação em dois factos: a inquietação suscitada pela vitória das Frentes Populares em França e em Espanha, por um lado, e o embaraço de perpetuar as sanções a Mussolini em conjunto com a União Soviética, por outro. Hostilizar um regime da mesma família política – em nome de uma vaga ameaça ao statu quo colonial – tornara-se pouco razoável aos olhos dos responsáveis portugueses.

Assim, atente-se na sugestão que Monteiro dirige a Anthony Eden, numa entrevista de 18 de Maio, poucos dias decorridos sobre a anexação da Etiópia e da vitória da Frente Popular em França: «(...) confessemos lealmente que o princípio da segurança colectiva não tem força para se impor. Fomos até onde foi possível. Não fomos mais longe porque para mais não tínhamos elementos. Nenhum país quis correr os grandes riscos por conta da segurança colectiva. (...) Salvemos agora o mais que podemos salvar: a colaboração da Itália na paz no mundo. E façamos da sdn o que a realidade mostra que ela pode ser. Reduzamo-la às suas verdadeiras proporções. Falemos francamente ao mundo: só isso nos pode salvar de morrer pelo ridículo (...). Caindo dentro da verdade poderemos tentar com nova sdn uma experiência mais limitada de certo, mas mais efectiva; caindo dentro de mentiras talvez nem isso possamos fazer»¹⁶.

Em Julho, discursando na sessão da Assembleia Geral da sdn, Monteiro juntará a sua voz ao coro que clama pelo fim das sanções à Itália. Coibindo-se de tomar o partido do agressor, o que equivaleria a caucionar a lei do mais forte com regra essencial da vida internacional, coloca-se numa posição intermédia, algures entre o pragmatismo e o apego ao idealismo original da Sociedade: «Hoje podemos dizer que a última cruzada acabou. As sanções perderam a sua razão de ser. Não puderam evitar a guerra, nem torná-la mais curta ou menos dolorosa. A acção colectiva não conseguiu salvaguardar a integridade territorial da Abissínia (...). Muitas vezes tenho ouvido dizer que o pacto é um instrumento destinado a manter a paz a todo o custo. Esta interpretação não traduz o

verdadeiro espírito da carta fundamental desta instituição. O Pacto nasceu para garantir a independência e integridade territorial das nações – mesmo quando para tanto a guerra for necessária. Quer a paz – mas não estaria no nível do seu destino humano se não previsse que podia chegar um momento em que a paz presente devesse ser sacrificada à paz de sempre. E previu. Simplesmente, cumpre-nos reconhecer que as garantias citadas são praticamente inoperantes. Parece que dão apenas ao atacado o direito de receber pêsames colectivos. (...) Dizer que o Pacto contém todos os meios de acção e que as decisões colectivas não conseguiram evitar ou fazer parar a guerra foi porque os dirigentes se mostraram muito lentos e hesitantes, conciliadores e optimistas – o mesmo é declarar que os textos não correspondem às nossas possibilidades presentes, talvez porque os colocaram muito alto nas regiões do ideal e nós somos imperfeitos na terra»¹⁷. Esta posição «realista»¹⁸ face às possibilidades do Pacto da sdn retomá-la-ia Armindo Monteiro no decurso das sessões plenárias da XVII Assembleia Geral da organização (Setembro de 1936), por ocasião do debate em torno da reforma do Pacto.

Enterrado o episódio das sanções, e já com a Guerra Civil de Espanha em fundo, deixara de convir ao Governo do Estado Novo que a sdn persistisse numa linha de hostilização das potências totalitárias, as principais muniçadoras dos nacionalistas espanhóis. Nesse sentido, a intervenção de Monteiro¹⁹, na décima primeira sessão plenária de 30 de Setembro de 1936, obedeceu aos seguintes objectivos:

- evitar a transposição dos confrontos ideológicos para a arena internacional, consagrando a ideia de que cada Estado tinha direito à organização política que mais lhe conviesse e que a amizade entre os regimes democráticos e os de «ordem» não era incompatível («Admitamos que o que convém a uma [nação] não convirá talvez ao seu vizinho; compreendamos, por exemplo, que a democracia parlamentar, que fez a felicidade de uns, pode fazer a desgraça dos outros; no meu país, ela foi o Moloque que, lentamente, devorou as forças nacionais») – uma proposta que, naquele contexto preciso, visava desligar as democracias da defesa da República espanhola;
- promover o retorno das potências que tinham abandonado Genebra e em particular as potências fascistas, com as quais o Governo português renovava cumplicidades mediante o apoio comum à sublevação franquista («Todos os esforços das potências deveriam convergir para fazer entrar em Genebra os Estados que nos abandonaram ou que nunca nos deram a sua colaboração. Se para atingir esse fim, fossem necessários sacrifícios, creio que os deveríamos fazer sem hesitar»);
- flexibilizar a aplicação do Pacto a fim de evitar a repetição do malogro das sanções à Itália, episódio que à luz dos objectivos fixados pela diplomacia portuguesa – punir uma potência «fora da lei» com ambições coloniais em África – não só redundara em fracasso, como contribuira para esfriar o relacionamento com um país «amigo»; e,
- descentralizar a organização e funcionamento do Conselho Geral, «de maneira a que todas as vozes autorizadas ou interessadas numa questão pudessem, sem embaraço, fazer-se ouvir». Um ponto que parecia ter em vista a hipótese da questão colonial, ou melhor, dos mandatos coloniais, se transformar num instrumento ao serviço do apaziguamento das potências revisionistas. Potência colonial, Portugal teria de ser sempre voz «interessada» ou «autorizada» em semelhante questão.

Armindo Monteiro e as relações luso-espanholas: do desanuviamento à crispação (de Maio de 1935 a Julho de 1936)

Fonte de preocupações para todos os titulares da pasta dos Estrangeiros, as relações com a vizinha Espanha preencheram boa parte da agenda política de Armindo Monteiro.

Pouco antes de ter iniciado funções, as notícias oriundas do país vizinho eram francamente animadoras para o Estado Novo. Meses antes, no rescaldo da revolta das Astúrias (1934), o Governo de Madrid – hegemónico pelos radicais de centro e pelos ultraconservadores da Confederação Espanhola das Direitas Autónomas (ceda) – ordenara a instauração de um processo com vista ao apuramento de responsabilidades no contrabando de armas para os sediciosos, processo esse que tinha como figuras centrais o republicano Manuel Azaña e exilados políticos portugueses como Moura Pinto, Jaime Cortesão ou Jaime de Morais. Em Março de 1935, a cumplicidade entre os anteriores responsáveis republicanos e aqueles opositores portugueses é objecto de uma condenação nas Cortes espanholas – acontecimento que suscita o aplauso das autoridades portuguesas²⁰.

Em Maio de 1935, Madrid dará outro passo no sentido da consolidação da amizade peninsular, ao propor a Lisboa a celebração de um tratado de boa vizinhança e de um convénio comercial. Como prova da boa vontade do seu Governo, o encarregado de negócios da Espanha em Lisboa, Montesinos, informa Monteiro que «gostosamente aceitariam como base de discussão o texto que o Governo português propusesse», estando ainda o ministro de Estado espanhol disposto a deslocar-se a Lisboa para assinar o acordo, caso este viesse a ser concluído²¹.

A proposta de Madrid foi oficialmente bem acolhida, e imediatamente comunicada ao embaixador britânico que, curiosamente, não deixou de registar o cepticismo de Monteiro a respeito da sua concretização²². A 19 de Junho, o ministro português anuncia a sua disponibilidade para encetar negociações, mas sem nada adiantar quanto à apresentação de um projecto de acordo²³. Em Agosto a questão estava neste pé, razão pela qual o embaixador José Juncal solicita, com carácter de urgência, uma audiência nas Necessidades. Nessa ocasião, o diplomata espanhol não só reitera o «grande empenhamento» do seu Governo na celebração do tratado de amizade, como propõe que se vá um pouco mais longe, ou seja, até uma aliança de carácter defensivo. Porém, como pretendesse espicaçar o orgulho de Monteiro, alude à aliança luso-britânica como possível obstáculo à sua concretização²⁴.

Na colecção de apontamentos de conversa de Armindo Monteiro depositados no mne esta é a derradeira troca de impressões com os representantes espanhóis em Lisboa acerca de um eventual tratado de amizade e boa vizinhança. Terão os contactos morrido aí? Aparentemente não, pois, em 22 de Outubro, o embaixador britânico, Charles Wingfield, avista-se com Monteiro a fim de confirmar certos rumores acerca de um tratado de amizade ibérico, surgidos na sequência de uma visita oficial do ministro português a Madrid²⁵. Eis as impressões colhidas pelo diplomata inglês junto de Monteiro: «Monteiro replied that much nonsense had been published in the press on this subject. He hoped that his visit had done something to improve relations between the two countries. He was not likely to forget the unneighbourly behaviour of the Spanish Government in allowing arms to cross the Spanish frontier for persons in this country conspiring against the present régime; and he had consequently confined himself to expatiating the past glories of Spain, a theme upon which he could easily speak for hours. He had said as little as possible about present problems. But, as I knew, negotiations were already in progress for a treaty of amity and good understanding between Spain and Portugal (...); and, though

he attached no practical value to such a treaty, he nevertheless felt that he could not refuse to proceed with it. He believed, indeed, that the Spanish Ambassador, who was to see him later that afternoon, desired to speak on this subject»²⁶.

Também entre os diplomatas espanhóis parecia haver a consciência de que o desanuviamiento nas relações ibéricas que se vinha verificando desde 1934 – atestado por uma série de gestos e declarações simbólicas²⁷ – se devia essencialmente a razões conjunturais (as afinidades entre o Governo conservador de Madrid e o Executivo de Salazar), susceptíveis de se desvanecerem a qualquer momento. Atente-se por exemplo no que dizia Martinez Velasco, do gabinete do ministro de Estado espanhol, ao embaixador Juncal, em 20 de Novembro de 1935: «Parece ser realmente propício o momento para fazer avançar a desejável intensificação das relações entre ambos os países ibéricos, vencendo pouco a pouco (já que não cabe pensar de que isso se realize repentinamente) a secular prevenção que os portugueses sentem para connosco e a mórbida relação que estabelecem entre a nossa pacífica e fraternal vizinhança com eles e o zelo pela defesa da sua independência»²⁸.

No entanto, após vitória da Frente Popular nas eleições espanholas de 16 de Fevereiro de 1936, de imediato renasceram os receios de Lisboa a respeito dos desígnios da República jacobina e maçónica do país vizinho. Mais do que o programa de Governo de Azaña e seus correligionários – aliás, razoavelmente prudente e limitado –, o que de sobremaneira inquietava Salazar e os seus acólitos eram as facilidades conspirativas que, com toda a certeza, os oposicionistas portugueses voltariam a gozar em Espanha. E nem as declarações do ministro de Estado espanhol, Barcia, logo a 25 de Fevereiro, reafirmando o desejo de cooperação com Portugal «dentro de um plano político que interesse à paz»²⁹, foram suficientes para mitigar o sobressalto provocado pelo triunfo da Frente Popular.

Nos meses seguintes, fosse pelos boatos acerca dos projectos iberistas da esquerda espanhola que os diplomatas portugueses em Espanha se apressavam a transmitir – muitas vezes baseados em fontes de credibilidade duvidosa –, fosse pelas manifestações promovidas pelo revirinho português em Espanha, regista-se uma acentuada degradação do *modus vivendi* entre o Estado Novo e a República espanhola.

A imprensa portuguesa afecta ao regime, tão pródiga em sublinhar os seculares laços de fraternidade luso-espanhóis durante o «biénio negro» (1933-1935), desdobrava-se agora em ataques ao Governo de Madrid, o mesmo acontecendo com a imprensa republicana espanhola em relação ao Estado Novo. No plano das relações diplomáticas, a ideia de um tratado de amizade e boa vizinhança acabou por não ter seguimento e as negociações para a celebração de um acordo comercial foram-se arrastando sem consequências até à sua interrupção, em 5 de Julho de 1936. Ao Governo espanhol não escapava também o facto dos seus inimigos jurados terem eleito Lisboa como base conspirativa – sob o olhar complacente das autoridades portuguesas. Até ao Verão de 1936, os incidentes diplomáticos vão-se sucedendo, assumindo por vezes aspectos perfeitamente anedóticos. A 13 de Junho, por exemplo, o embaixador da República em Lisboa, o historiador Cláudio Sanchez Albornoz, declara ao ministro dos Negócios Estrangeiros que não compreendia por que razão o Governo português colocava tantos entraves à vinda da Grande Filarmónica espanhola a Lisboa, ao que Monteiro lhe responde que o facto daquele agrupamento musical abrir os seus concertos com a Internacional tornava a sua actuação na capital portuguesa muito pouco recomendável³⁰...

A deterioração das relações com Espanha marcava também a agenda das conversações luso-britânicas.

Em entrevista com Anthony Eden em Londres, a 21 de Março de 1936³¹, Monteiro procura testar a reacção da potência aliada face aos alegados intentos anexionistas ou federalistas da Frente Popular espanhola. Porém, o melhor que obtém como resposta é uma vaga promessa de um pedido de explicações britânico junto de Madrid, caso se verificasse a impotência do Governo de Azaña em conter os elementos mais extremistas da esquerda local. Fiel ao seu princípio de intervir apenas em função de situações concretas, a Grã-Bretanha furtava-se assim a qualquer compromisso capaz de precipitá-la num conflito entre vizinhos desavindos.

Armindo Monteiro e os primeiros meses da Guerra Civil de Espanha (de Julho a Outubro de 1936)

Enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros, a actuação de Armindo Monteiro nos primeiros meses do conflito espanhol foi sobretudo visível em dois momentos:

- no processo de adesão de Portugal ao Acordo de Não-Intervenção; e,
- na adesão ao Comité de Não-Intervenção (Comité de Londres).

O processo de adesão de Portugal ao Acordo de Não-Intervenção

Concebida pelo Governo francês em finais de Julho de 1936, a ideia de um acordo multilateral de não-intervenção em Espanha é favoravelmente acolhida pelo Gabinete conservador de Stanley Baldwin, também ele interessado em prevenir a generalização do conflito. De imediato, o Foreign Office desencadeia as suas diligências com vista a obter o maior número de adesões ao acordo. Dada a extensão da fronteira terrestre luso-espanhola, a adesão de Portugal foi desde logo vista como indispensável para conferir um mínimo de eficácia e credibilidade ao acordo, pelo que, a 5 de Agosto, o Governo de Sua Majestade solicita, com carácter de urgência, uma resposta positiva de Lisboa.

Sem afastar a hipótese da adesão portuguesa, Armindo Monteiro comunica então ao encarregado de negócios britânico, Dodd, a posição do seu Governo.

Nessa audiência, porém, dá a entender ao Governo britânico que venderia cara a satisfação do pedido de adesão ao acordo multilateral, a cobertura político-diplomática de Londres para as eventuais ingerências portuguesas no conflito: «É natural que o Governo português queira manter uma política externa em unidade de vistas com o Governo de Londres. Mas na hora difícil que atravessamos precisa de saber, antes de tomar uma resolução, se o Governo inglês garante que nas 24 horas que se seguirem a um ataque vindo da Espanha e dirigido sobre nós, ou a uma sublevação provocada no país pelos extremistas espanhóis, a esquadra inglesa estará aqui a defender os nossos portos, o exército inglês a combater ao lado do nosso, a frota aérea britânica a repelir os ataques de que sejamos vítimas. Este é para nós o ponto essencial»³².

E, «como amigo da Inglaterra», desfia uma série de observações que os responsáveis britânicos deveriam ter em conta na análise do conflito espanhol: a possibilidade da Espanha se transformar numa «dependência de Moscovo», com todas as consequências que daí adviriam para a segurança das rotas imperiais inglesas; ou, na eventualidade da vitória dos nacionalistas se ficar a dever em exclusivo ao auxílio ítalo-germânico, o risco da aliança dos «países de autoridade» se fortificar em prejuízo da Inglaterra. Para evitar

este último cenário, ainda segundo o ministro português, bastaria que Londres não hostilizasse os paladinos da «ordem» em Espanha.

Todavia, esse passo não entendeu a Inglaterra dar logo em Agosto de 1936; e três dias depois dessa audiência, o mesmo Dodd comunica a Monteiro que o Governo de Sua Majestade, muito embora considerasse em pleno vigor os tratados de aliança que o ligavam a Portugal, não podia «renunciar ao direito de, em cada caso, apreciar as circunstâncias da sua aplicação». Para mais, talvez fosse bom recordar ao Governo português que a sua independência não era apenas garantida pela Grã-Bretanha, mas, também, pelo Pacto da sdn (o que, convenhamos, não era garantia susceptível de tranquilizar quem quer que fosse). E despedia-se afirmando que a Grã-Bretanha esperava «fortemente» que Portugal aderisse ao acordo que lhe era proposto³³.

Confrontada com este quase ultimato, Lisboa dá, a 14 de Agosto, a sua aceitação de princípio. No entanto, alguma coisa o Governo de Oliveira Salazar ganhou em brandir tão insistentemente o argumento do «perigo espanhol», uma vez que, a 16 de Agosto, o ministro da França em Lisboa admitia a adesão de Portugal com «as reservas e declarações que entendesse»³⁴. Tirando partido dessa cedência, Armindo Monteiro formaliza então, a 21 de Agosto³⁵, a adesão portuguesa ao acordo multilateral de não-intervenção. Uma adesão feita sob condições tão ambíguas que, na prática, o Governo português não só preparava terreno para o reconhecimento dos nacionalistas espanhóis, como praticamente se atribuía uma completa liberdade de ingerência no conflito³⁶.

A adesão ao Comité de Não-Intervenção (Comité de Londres)

Nas últimas semanas de Agosto, porém, tornara-se evidente que as potências fascistas não estavam minimamente empenhadas no acordo de não-intervenção, continuando a enviar quantidades maciças de tropas e material bélico para a Espanha nacionalista. Com um Governo e uma opinião pública fortemente divididos em torno da crise espanhola, Léon Blum proporá a constituição de um comité de acompanhamento das medidas previstas no acordo de não-intervenção, na esperança que uma neutralidade rigorosamente aplicada pelas potências democráticas lograsse pôr termo às ingerências nazi-fascistas. Obtido o aval do Foreign Office, é desencadeado um novo processo de recolha de adesões. Uma vez que Berlim e Roma haviam confirmado a sua participação no Comité, o Governo de Salazar aceitará o encargo de sabotar uma iniciativa que, bem sucedida, poderia complicar o muniamento das tropas franquistas.

A 1 de Setembro, Armindo Monteiro dirige uma Nota ao ministro da França em Lisboa, declarando que a criação e funcionamento do Comité não decorriam nem da letra nem do espírito do acordo de não-intervenção, pelo que o Governo português não se julgava obrigado a dar cumprimento às suas resoluções ou lhe dirigir qualquer comunicação³⁷. A 9 de Setembro, o Comité para a Aplicação do Acordo de Não-Intervenção realiza a sua primeira sessão num dos salões do Foreign Office, em Londres. Marcam presença todos os subscritores do acordo, à excepção de Portugal. Em Lisboa, o embaixador Charles Wingfield efectua nova diligência nas Necessidades, em ordem a obter a adesão portuguesa. Todavia, a única informação substantiva que recolhe dessa audiência é que o mne se preparava para exigir explicações formais à Junta de Defesa de Burgos por uma violação da fronteira portuguesa junto a Campo Maior – um gesto que se aproximava do reconhecimento de facto dos nacionalistas espanhóis³⁸...

No dia 15, porém, a situação complica-se para Portugal. Na sessão do Sub-Comité de Não-Intervenção (organismo que integrava as grandes potências e os principais produtores europeus de armamento), o delegado sueco pergunta se o seu Governo deveria autorizar a expedição de uma encomenda de armamento para Portugal, imediatamente se instalando a suspeita acerca do verdadeiro destino desse material. Aos olhos dos funcionários do Foreign Office eram incidentes deste género que minavam a credibilidade da política de não-intervenção. Definitivamente, Portugal tinha de ser encostado à parede. Para tal, vão concentrar as suas pressões no responsável português mais propenso a uma colaboração com a Grã-Bretanha: Armindo Monteiro.

Em Genebra, onde se encontrava a chefiar a delegação portuguesa à XVII Assembleia Geral da sdn, Monteiro será alvo do assédio persistente de Eden e Yves Delbos, ministro francês dos Negócios Estrangeiros, no sentido de concretizar a adesão de Portugal ao Comité. As instruções de Salazar, porém, eram claras: enquanto as regras de funcionamento do Comité não ficassem exaradas num documento público, o Governo português continuava indisponível para participar nas suas sessões. Exasperado com as tergiversações de Salazar, Eden tem no entanto um gesto de boa vontade: autoriza o primeiro Presidente de Comité, W. S. Morrison, a redigir uma declaração explicitando as regras de funcionamento da comissão, o âmbito das suas competências, bem como o direito de Portugal nela participar mantendo as reservas que acompanhavam a sua nota de adesão ao acordo³⁹. Julgando satisfeitas as exigências de Salazar, Monteiro telegrafa ao encarregado de negócios em Londres, autorizando-o a comparecer na sessão seguinte do Comité. De Lisboa, Teixeira de Sampaio ainda tenta anular a ordem expedida de Genebra, mas sem sucesso. No próprio dia em que recebe o telegrama de Monteiro (28 de Setembro), o encarregado de negócios português, Francisco Calheiros e Meneses, desloca-se de imediato ao Foreign Office, a fim de participar na quarta sessão do Comité. Sentindo-se desautorizado pela contra-ordem de Salazar, Armindo Monteiro renuncia ao seu mandato ministerial. Num telegrama – omitido no volume III dos Dez Anos de Política Externa –, justifica assim a adesão ao Comité e o seu pedido de demissão: «Não conheço o estado da opinião pública aí, mas não compreendo que face a carta do Presidente da Comissão e minha alguém possa dizer que o Governo transigiu. Quando se organizava já contra Portugal grave ameaça levou-se até ao fim esta negociação, retirando a ameaça sem que qualquer palavra desagradável fosse proferida ou escrita e mantendo a amizade inglesa. Compreende V. Ex.a que nestas condições me é impossível aceitar o ponto de vista do seu testemunho. Peço para mim todas as responsabilidades da solução dada a este caso. Sem quebra da grande consideração que devo a V. Ex.a, consolidada em sete anos de colaboração ao serviço da causa nacional que V. Ex.a representa, entendo ser minha consciência dever solicitar minha imediata demissão»⁴⁰.

Depois deste telegrama, Monteiro mantém-se demissionário durante cerca de um mês⁴¹, cabendo-lhe ainda a missão de conduzir o processo de ruptura de relações com o Governo republicano de Madrid. Finalmente, a 6 de Novembro de 1936, vem a ser substituído pelo próprio Salazar no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Sendo certo que os rasgos de autonomia de Monteiro no mne deverão ter exasperado o Presidente do Conselho, a verdade é que este exibiu algum sangue-frio na forma como lidou com o pedido de demissão do ministro. Oferecendo-lhe o posto de embaixador em Londres, o mais prestigiado da carreira diplomática e de inegável importância política, não só passava a dispor de um diplomata bem visto no Foreign Office, como se

desenvencilhava de um colaborador demasiado crítico para o seu gosto e, quem sabe, de um potencial rival.

Armindo Monteiro na Embaixada de Londres (1937-1943)

Sob o signo da Guerra Civil de Espanha

Nomeado embaixador em Novembro de 1936, Monteiro instala-se em Londres em Janeiro de 1937. Os dois primeiros anos da sua missão diplomática decorrerão ainda sob o signo da Guerra Civil de Espanha.

No início de 1937, era ainda a política de não-intervenção que dominava a agenda das chancelarias e mobilizava as diplomacias dos vários países directa ou indirectamente envolvidos na tragédia espanhola. Após o fracasso da proposta de mediação franco-britânica e a intensificação do auxílio militar aos dois partidos em luta, a Grã-Bretanha, apoiada na maioria do Comité, e passando por cima das objecções italiana e alemã, resolve investir num esquema de fiscalização das fronteiras terrestres dos países limítrofes de Espanha e da navegação com destino aos portos espanhóis⁴². Dada a extensão da fronteira entre Portugal e Espanha – e a recusa de Franco em colaborar no esquema de fiscalização –, o sucesso do plano britânico dependia em absoluto da cooperação portuguesa.

A 4 de Janeiro de 1937, o embaixador britânico em Lisboa efectua uma primeira diligência, entregando nas Necessidades um Memorando solicitando a autorização de Portugal para uma fiscalização internacional da sua fronteira terrestre, bem como da navegação com destino a Espanha que efectuasse escala nos seus portos⁴³.

Numa altura em que a obstrução a este tipo de iniciativas favorecia objectivamente os interesses de Franco, Salazar vai socorrer-se dos mais variados expedientes para sustentar a rejeição dos planos naval e terrestre.

Como escreveu Iva Delgado: «É em relação ao plano terrestre que serão levantados os problemas mais graves por parte do Governo português, gerando-se uma situação de impasse, já que sem a inclusão da fronteira portuguesa todo o sistema de vigilância se podia considerar inútil»⁴⁴.

De Londres, Monteiro advogará uma cedência táctica à proposta de fiscalização. Persuadido de que o esquema de controlo dificilmente seria aprovado nos moldes pretendidos pelos seus proponentes, aconselha a sua aceitação de princípio. Dessa forma, argumentava, poder-se-ia reivindicar como contrapartida o reconhecimento do Governo de Franco, a vigilância dos portos de onde provinha o grosso das armas para a República (Rússia, Escandinávia), e o controlo de formas indirectas de intervenção, como a saída do ouro da Espanha republicana para Moscovo⁴⁵.

Entretanto, a flutuação dos interesses ítalo-germânicos (a partir do início de Fevereiro de 1937, a União Soviética começa a enviar apreciáveis remessas de material militar para a República, o que torna os nacionalistas receptivos ao controlo internacional), leva Salazar a reconsiderar a sua oposição ao esquema do Comité, tanto mais que Lord Plymouth, o presidente do Comité, chegara a sugerir, muito fleumaticamente, a extensão do bloqueio marítimo a Portugal.

A 4 de Fevereiro, no próprio dia em que os ministros italiano e alemão em Lisboa o instavam a aderir ao plano de controlo, o chefe do Governo comunica a Monteiro a solução que, no seu entender, poderia salvar a face do Governo português⁴⁶: em vez de uma supervisão levada a cabo por fiscais de várias nacionalidades – mandatados pelo

Comité –, convida o Governo britânico a nomear os seus próprios observadores, como adidos à embaixada em Lisboa. A fórmula, porém, não agrada inteiramente ao Governo britânico que, temendo a reacção negativa da França e da União Soviética, torna a reclamar a adesão de Lisboa ao plano de fiscalização internacional.

Familiarizado com a inocuidade das decisões do Comité, Monteiro insiste na aceitação da supervisão internacional. Na sua opinião, seria não só um gesto que a Inglaterra guardaria na memória, mas, também, uma afirmação de maturidade e independência na cena internacional. Caso contrário, mais valia enveredar por uma manifestação de força e intransigência. Assim, ainda antes do anúncio público da vinda dos observadores britânicos, envia um telegrama a Salazar explicitando o seu ponto de vista: «(...) Mais uma vez peço a V. Ex.a que pondere o terrível efeito que fará a aceitação do plano de controlo inglês. Aparecerá ao mundo como imposição inglesa e daremos o espectáculo de dependência de que toda a obra de V. Ex.a nos ia libertando. A imprensa internacional proclamará e já começou, a nossa subordinação à Inglaterra. Teremos perdido perante o mundo o resultado dos esforços de independência e dignidade da nossa política. Internamente produzirá decerto grande indignação.

Ouso defender como melhor atitude aceitarmos o princípio do controlo internacional em termos iguais aos da França e Inglaterra feito também por nós e em nosso nome. Depois discutiríamos o plano, fazendo valer as razões que tivéssemos, por último aceitando ou recusando conforme as circunstâncias políticas aconselhassem, se chegar essa necessidade. Aceitar nada humilha porque o Governo português também é fiscal e a fiscalização também é feita em seu nome.

Podíamos reclamar fiscais nossos para os Pirinéus e Gibraltar. Esta política de ajudar Franco seria de colaboração e utilidade. Não querendo V. Ex.a aceitar nem mesmo em princípio a fiscalização, é preferível recusar todo o plano, sujeitando-nos às consequências. Seria política de orgulho. De princípio seríamos atacados, mas ganharíamos respeito pela nossa intransigência.

Perdoará V. Ex.a insistir na grande inconveniência e perigo de aceitar a fiscalização inglesa. A Inglaterra não agradecerá e considerará um acto de subordinação, com o risco de a França não dar compensação nos Pirinéus. Ninguém ficará contente e nós teremos a fiscalização. O muito amor que tenho à obra de V. Ex.a leva-me a reear que a própria Inglaterra perca o respeito à nossa política em face do telegrama»⁴⁷.

Reparos que, no entanto, caíram em saco roto. Todavia, a dar crédito aos informes do embaixador a respeito do impacte obtido pela proposta de Salazar, este terá somado não a vitória moral que perseguia, mas uma pequena humilhação diplomática. Mesmo da parte do Foreign Office, de onde Salazar talvez esperasse uma palavra de gratidão, a reacção é de indiferença, senão mesmo de desdém⁴⁸.

Em finais de Março, na ressaca desta longa barganha diplomática, Monteiro dirige uma carta particular ao Presidente do Conselho, emitindo um juízo particularmente severo acerca de todo o episódio: «Psicologicamente creio que, nos meios da diplomacia internacional, a fórmula adoptada rejuvenesceu uma velha impressão: a da impossibilidade da nossa autonomia em matéria de política externa. Estamos sem remissão atrelados ao carro inglês, pensa-se. E, contudo, durante um momento, olhando a nossa atitude, chegaram a acreditar na independência da nova vontade portuguesa (...). Neste caso quiseram ver a imposição inglesa: erro de visão que nenhum protesto apagará. O Foreign Office não deve estar longe dessa impressão. A atitude de independência de

pensamento tomada em Genebra e aqui tinham-nos levado à ideia de que o seu domínio sobre nós já não era “tão total” como tinha sido. Não éramos uma humilde mulher casada, incapaz de reacção, resignada antecipadamente diante de todos os caprichos do marido. Afinal tínhamos personalidade: e talvez fôssemos capaz de sofrer para mostrar que a tínhamos. “Dávamos-lhes cuidado”, disse-me Lord Plymouth. Mas já não lhes damos cuidado».

Conhecedor das contradições em que se enleara a diplomacia britânica, ciente da vacuidade do Comité de Não-Intervenção, Monteiro invectiva Salazar por não ter sido capaz de levar a sua intransigência até às últimas consequências: «A melhor linha, na minha modesta opinião – perdoe-me V. Ex.a dizê-lo sem subtilezas –, seria afirmar rudemente a nossa decisão, sujeitando-nos, desde logo, às consequências, se as houvesse. Podíamos invocar razões ligadas à vida internacional e talvez encontrássemos a solidariedade ou simpatia de alguns governos. Seria decerto um erro invocar apenas razões de política interna – que a França e a Inglaterra dizem sacrificar inteiramente. O Foreign Office ficaria furioso – é evidente. Mas perceberia que éramos homens para defender um princípio. E uma parte da opinião inglesa estaria talvez connosco, sobretudo se explicássemos as coisas. E assim? No fundo de cada inglês há este pensamento: Portugal falou e falou, mas quando chegou a hora dos factos, obedeceu. À Inglaterra ninguém resiste quando a Inglaterra quer»⁴⁹.

Durante o resto do conflito espanhol é relativamente bem conhecida a actuação de Armindo Monteiro em Londres: no Comité de Não-Intervenção desenvolve uma acção persistente no sentido de inviabilizar as resoluções mais comprometedoras para os interesses de Franco⁵⁰; no Foreign Office, com um acesso privilegiado ao secretário de Estado – fruto da amizade que o ligava a Eden desde os tempos da sdn –, joga um papel importante como «agente de ligação» entre os insurrectos espanhóis e o Gabinete inglês. Com a vitória de Franco praticamente garantida desde 1938, as prioridades da diplomacia peninsular de Salazar vão reordenar-se em função de novas ameaças: as veleidades anexionistas de certos sectores da Falange e a perspectiva de uma hegemonia do Eixo na Península. Nesse sentido, uma das missões essenciais de Monteiro será a de insistir junto de Lord Halifax (sucessor de Eden no Foreign Office e um notório adepto do appeasement) na urgência da Inglaterra vir a «(...) enfileirar abertamente entre os amigos de Franco, dando-lhe ajuda e alargando o círculo dos seus amigos claros, de modo a evitar que ficasse exclusivamente sujeito à influência de alguns deles»⁵¹. Já dominado pela orientação «apaziguadora» de Chamberlain, o Foreign Office não se mostrará insensível a esta argumentação, pelo que a 31 de Março de 1938 dá o seu aval ao reconhecimento de jure de Franco por Lisboa.

Ironicamente, depois de se ter empenhado em alertar o Foreign Office para os alegados intentos anexionistas dos socialistas espanhóis na Primavera de 1936, Monteiro debatia-se agora com sérias dúvidas a respeito dos desígnios do Novo Estado franquista.

Em Abril de 1938, num telegrama dirigido a Salazar, afirma: «Vitória de Franco dará asas imperialistas aos seus partidários e velhas ambições a favor da união ibérica ressuscitarão»⁵². Nos meses seguintes os desabafos do embaixador a respeito da crescente arrogância dos nacionalistas espanhóis multiplicam-se. Em ofício de 12 de Julho, exasperado com a falta de tacto exibida por Franco ao lidar com os ingleses, discorre melancolicamente sobre a ingratidão de Burgos: «Já mais de uma vez tive ocasião de expor a V. Ex.a a minha pouca fé na isenção da nova Espanha a nosso

respeito. Se a memória dos homens é curta, a dos povos dura apenas um instante. Em Espanha poucos se lembram já hoje do que pela causa nacionalista arriscou Portugal nos incertos dias do começo da guerra. Dos que ainda se lembram, muitos dizem ou pensam que tudo o que fizemos foi em defesa própria. Assim preparam a futura indiferença, se não ingratidão. Mas a maior parte já esqueceu o passado. Nós também, por nosso lado, não temos procurado recordá-lo ou evidenciá-lo. Da acção diplomática desenvolvida no Comité de Não-Intervenção – que eu, talvez erradamente, considero elemento fundamental da vitória nacionalista – toda a glória vai para Italianos e Alemães. Com cuidado estes a têm chamado a si»⁵³.

E assim se compreendem as reticências que, em telegrama de 26 de Setembro de 1938, coloca à aceitação da proposta do Conde de Jordana com vista à assinatura de um pacto de não-agressão luso-espanhol: «Se Franco fizer isoladamente com Portugal um pacto de não-agressão dará facilmente a impressão de querer cobrir as costas deixando a frente livre para atacar a França. Será perigoso para ele e tira-nos liberdade de movimentos sem vantagens porque esse pacto não liga nem alemães nem italianos e é a actividade destes que devemos recear e não propriamente a de Franco. Seguro de nós, Franco poderá mais facilmente ceder a pressões que sobre ele façam para atacar nos Pirinéus ou Marrocos francês e nós não teremos alcançado a segurança no nosso território porque, chegado o momento da luta, de vida ou de morte, franceses e ingleses, se for preciso, não farão grande cerimónia para atacar a Espanha pelo lado da nossa fronteira». Mais: uma vez concluído, esse pacto não só criaria uma falsa impressão de segurança – tornando menos premente a colaboração inglesa no rearmamento do exército português – como tenderia a diminuir a importância estratégica de Portugal no quadro peninsular: «Confesso a V. Ex.a que em face de um conflito geral vejo a nossa melhor posição possível na de neutralidade benévola para com os ingleses, organizando activamente as nossas forças para termos possibilidade de intervenção em Espanha como elemento de equilíbrio e para selar a nossa própria segurança. Mas para isso, em minha modesta opinião, precisamos de ter as mãos livres e ser tanto quanto possível fortes»⁵⁴.

Igualmente desconfiado da bondade da proposta castelhana, Salazar não deixou de ponderar estes alvitre⁵⁵. Fernando Rosas sintetizou assim as razões que terão levado o Presidente do Conselho a protelar durante cinco meses a apresentação de um contraprojecto a Burgos: «Aparentemente o Governo de Salazar joga no tempo e na evolução da situação internacional por forma a reforçar o partido não-beligerante da Falange e a obter um Tratado que correspondesse, por via disso, aos interesses da neutralização da Península tal como os ingleses o viam e não à segurança das fronteiras de uma Espanha beligerante, tal como o regime de Burgos o parecia conceber»⁵⁶.

Na véspera da assinatura do tratado (16 de Março de 1939), Monteiro endereçará mais dois reparos ao Presidente do Conselho: por um lado, considera pouco curial que o mne não tivesse procurado ouvir o Foreign Office antes do desfecho das negociações – Salazar limitou-se a comunicar os termos do tratado a Londres a dois dias da cerimónia de assinatura – e, por outro, lembra que em 1935, quando negociava um tratado de não-agressão com o Governo de Madrid, tivera o cuidado de, no seu projecto, inserir uma frase que fixava o interesse da Espanha na conservação do Império colonial português, o que não sucedia com o chamado Pacto Ibérico⁵⁷.

Aliança inglesa e defesa nacional

Diferentemente do que sucedia com outros diplomatas, o estatuto categorizado de Armindo Monteiro habilitava-o a pronunciar-se sobre assuntos que transcendiam o âmbito das relações com o país em que estava acreditado. O problema do rearmamento do exército – e sua articulação com a aliança luso-britânica – foi exactamente um dos assuntos que suscitou a sua reflexão crítica.

Sobre a questão do rearmamento nacional Monteiro possuía ideias bem claras, embora não coincidentes com as soluções propugnadas pela maioria das chefias militares do regime. Com efeito, e como António José Telo demonstrou em livro recente⁵⁸, o Estado Novo dispunha de duas alternativas ao encetar, em 1936, o programa de modernização das Forças Armadas: ou privilegiava uma vertente naval, de valorização dos arquipélagos atlânticos, e nesse caso a Inglaterra constituiria o grande mercado fornecedor de armas e equipamento (hipótese advogada pela marinha e por elementos anglófilos do Governo, como Armindo Monteiro); ou – hipótese que veio a vingar – privilegiava a defesa das fronteiras terrestres com Espanha, colocando a tónica do rearmamento no exército e na diversificação das fontes de abastecimento – não apenas a Inglaterra, mas sobretudo, a Alemanha e a Itália (opção preconizada pelo exército e pela ala germanófila do regime, onde pontificava o capitão Santos Costa).

Para uma melhor compreensão dos seus pontos de vista, evoquemos aqui o Parecer lido por Armindo Monteiro no Conselho de Ministros que debateu as grandes directrizes da política militar e de defesa do País, em Janeiro de 1936. Nessa reunião, o então ministro dos Negócios Estrangeiros procurou traçar os cenários em que seria legítimo contar com um auxílio militar britânico:

- conflito na Península susceptível de ameaçar a independência nacional, «a partir do momento em que isso seja claro para a opinião pública britânica» e depois de «havermos feito um grande esforço de defesa». Só nesta eventualidade o socorro inglês poderia ser considerado certo; e,
- num conflito que envolvesse as colónias portuguesas, mas nessa situação o auxílio inglês ficar-se-ia pela guarda e defesa dos caminhos do mar. Contudo, Monteiro não excluía a hipótese de, perante uma flagrante impreparação militar portuguesa ou campanhas contra a administração colonial (e política indígena), a Grã-Bretanha vir a furtar-se desta obrigação. E concluía: «Que a nossa inferioridade dentro da Aliança resulta da nossa fraqueza militar; que dentro da Aliança devemos procurar ser uma força; dados os limitados efectivos do exército inglês em tempo de paz, a nossa boa organização militar aumentará junto do Governo britânico a situação política de Portugal»⁵⁹.

De notar, também, que o Parecer admitia a intervenção portuguesa em conjunto com a Inglaterra num teatro de operações europeu extra-peninsular, o que contradizia uma das premissas essenciais da política externa de Salazar. Aliás, no entender de Monteiro, o acautelar dessa hipótese poderia constituir um elemento de valorização da aliança luso-britânica.

Ao longo dos anos seguintes, Monteiro fará dessa questão – clarificação da aliança em articulação com o rearmamento nacional – uma das suas principais bandeiras junto de Salazar.

Na já citada carta de 22 de Março de 1937, alvitrava a necessidade do Governo se empenhar num esforço militar susceptível de valorizar a posição portuguesa no seio da aliança: «Nós possuímos posições geográficas de interesse vital para a Inglaterra. Desarmados, incapazes de uma hora de resistência, o Governo britânico sabe que as nossas posições são dele quando quiser – ainda que nós não queiramos. “Os Açores: manda-se lá uma pequena esquadra e toma-se conta daquilo quando for preciso, não vale a pena inquietarmo-nos com o caso”»: é o pensamento de muito bom homem do governo inglês. (...) Quando vir que em nossas mãos essas posições [linhas Lagos (ou Lisboa)-Açores; Lisboa-Cabo Verde; Cabo Verde-Madeira ou Açores] se tornaram fortes e – mais – que somos capazes de as defender, a Inglaterra elevará a amizade portuguesa à altura de uma coisa preciosa: será a primeira trincheira do lado do mar, como a lealdade belga o é do lado da terra. Simplesmente a Bélgica dispõe de doze divisões e de uma poderosa linha de fortificações contra a Alemanha: e nós não temos nada. (...) Se nós tivermos armas na mão e homens preparados, o nosso consentimento total [para a utilização das ilhas e portos portugueses] é uma hipótese – não é uma certeza».

Todavia, a modernização das Forças Armadas portuguesas exigia sacrifícios e colaborações externas. Sendo a Inglaterra o ponto de apoio natural para o rearmamento nacional, a sua colaboração não era, contudo, um dado adquirido: «Julgo que é possível uma campanha para a trazer ao nosso terreno, a trabalhar connosco: mas prosseguindo o nosso rearmamento – e a educação militar do exército e do povo – o inglês acabará por aceitar os factos; preferirá então fazer naturalmente de nós os seus amigos, ajudando-nos: Mas ele está perante nós na posição em que Salazar está perante os seus ministros: ver e crer. Até lá... O inglês ainda não acredita em nós»⁶⁰.

Nos meses seguintes, uma série de peripécias político-diplomáticas vêm confirmar o cepticismo do embaixador. A 25 de Junho, solidarizando-se com a iniciativa da Itália e da Alemanha, que haviam abandonado o sistema de fiscalização internacional a Espanha após o bombardeamento do cruzador Leipzig, Portugal suspende a fiscalização britânica nas suas fronteiras. Poucos dias depois, discursando perante oficiais dos vários ramos das Forças Armadas, Salazar afirma: a «Aliança não é toda a nossa política externa». Em Setembro de 1937, o Foreign Office responde a esta «provocação» não convidando o Governo português a tomar parte na Conferência de Nyon, convocada para debater o problema da segurança no Mediterrâneo face aos ataques dos submarinos-pirata de Mussolini.

O desanuviamento chega só no final do ano de 1937, quando os responsáveis britânicos começam a levar em conta o perigo de uma vitória de Franco assente em exclusivo no apoio político-militar do Eixo.

Em princípios de Outubro, respondendo a uma sugestão de Eden, o Governo de Salazar acordará na vinda de uma missão militar britânica a Portugal, com o objectivo de estudar uma mais estreita colaboração inglesa no rearmamento português.

Decorridos alguns meses, mais exactamente a 1 de Abril de 1938, o embaixador Walford Selby apresenta um «projecto de nota» nas Necessidades no qual o Governo de Sua Majestade reiterava o seu empenho em colaborar na tarefa do rearmamento português e dava especiais garantias de auxílio, no caso de agressão ao território português, para o período que pudesse decorrer entre a assinatura dos contratos de armamento no Reino Unido e a entrega de facto das armas. Caso o Governo português concordasse com estas propostas, a sua resposta e a nota de Selby serviriam para documentar o entendimento

entre os respectivos Governos⁶¹. Tratava-se, nada mais nada menos, de uma proposta de confirmação da aliança – o género de iniciativas que o Foreign Office só desencadeava depois de uma ponderada reflexão estratégica.

Salazar, porém, temendo que a revisão dos tratados implicasse uma clarificação das circunstâncias em que a Inglaterra se comprometia a auxiliar Portugal (o chamado *casus foederis*) – algo que atenuava o carácter vago e impreciso da aliança, tão do seu agrado – declina o convite.

A opinião de Monteiro foi exactamente a oposta. Ao arrepio daquela tradição da diplomacia portuguesa – que tinha no embaixador Teixeira de Sampaio o seu expoente máximo –, advogará uma «reafirmação e definição da aliança dentro dos princípios tradicionais, mas em harmonia com as condições modernas». Em telegrama expedido para Lisboa em 11 de Abril de 1938 enumera os pontos que, no seu entender, importava esclarecer nessa actualização: «(...) primeiro, carácter defensivo da aliança; segundo, reciprocidade de concessões eliminando textos palavras como “proteger” que agora existem e afirmando que, em troca de auxílio ingleses, tomávamos a obrigação de manter certas forças e fortificações e dávamos o uso de certas bases aéreas e marítimas, estabelecendo-se que as obrigações de manter integridade e soberania eram mútuas (...) pois a falta desta reciprocidade hoje e amanhã, que já se esqueceu o dote de Catarina de Bragança, dá à aliança aspecto de protecção que convinha retirar-lhe e que faz com que a opinião inglesa a considere um encargo que dá à Inglaterra o direito de tudo exigir de nós; terceiro, a declaração expressa de que a aliança abrange tanto os territórios ultramarinos como a Península Ibérica; quarto, obrigação para os dois países de manter integridade dos seus territórios e independência política em tempo de paz em quaisquer negociações»⁶².

Em Outubro de 1938 a missão militar britânica retira-se para o Reino Unido, sem que nada de substancial tivesse resultado dos contactos com a sua congénere portuguesa. Nesse mesmo mês uma mensagem de Lord Halifax a Salazar, seguida de um Memorial entregue a 28 nas Necessidades⁶³, volta a mencionar a revisão dos tratados de aliança e reafirma as limitações de auxílio que os responsáveis da missão militar já haviam assinalado: em caso de ameaça a Portugal, a Inglaterra desencadearia acções diplomáticas, garantiria a segurança das comunicações marítimas, mas não asseguraria o envio de forças terrestres na fase inicial de uma guerra com a Alemanha ou outra potência agressora.

A perspectiva de um entendimento entre Lisboa e Burgos com vista à neutralidade da Península, porém, vem esmorecer o entusiasmo inicial do Foreign Office, que só a 15 de Fevereiro de 1939⁶⁴ voltará a instar o ministro dos Negócios Estrangeiros a apresentar as suas observações sobre a eventual revisão dos tratados. O desinteresse de Salazar – pelas razões já assinaladas – fica patente no atraso com que responde à sugestão britânica – somente a 5 de Junho de 1939⁶⁵.

Concomitantemente, as negociações para a aquisição de material militar no Reino Unido evoluíam de forma lenta e inconclusiva. Maria Carrilho explica esse facto quer pelas dificuldades com que a Inglaterra se debatia para cumprir o seu próprio programa de rearmamento, quer pela desconfiança que o posicionamento internacional do Governo de Salazar ainda inspirava aos dirigentes ingleses⁶⁶.

A estes motivos, António José Telo acrescenta as pressões do chamado partido germanófilo para a compra de armamento (artilharia e aviões) nos países do Eixo, assim

como a vontade de Salazar em testar a firmeza dos ingleses quando estes se escusam a assegurar o fornecimento de munições para material adquirido junto das potências fascistas⁶⁷.

Fidelidade à aliança inglesa, deficiente preparação militar, «perigo espanhol» – eis os ingredientes do primeiro conflito sério que, a poucos meses do início da II Grande Guerra, vai estalar entre Armindo Monteiro e Oliveira Salazar.

Uma vez mais, é o embaixador a abrir as hostilidades. Num extenso telegrama com data de 5 de Maio de 1939, transmite a Salazar o seu pessimismo face ao quadro emergente da Guerra Civil de Espanha:

«A Espanha, como Alba disse, está neste momento em período de grande orgulho, pensando talvez de mais acerca das suas próprias possibilidades; muitos espanhóis estão convencidos que derrotaram a França e a Inglaterra. (...) Note V. Ex.a que eu tenho a impressão de que a França considera já hoje a Espanha como país do Eixo tanto pelo que se passa na Península como em Marrocos; julgo por isso que o regime de concessões pouco adiantará e com este estado de espírito será difícil fazê-la ceder».

Temendo que os sectores beligerantes da Falange precipitassem Franco para novas aventuras militares, observa que «o interesse da Espanha como vem do passado é ser neutral e se os seus homens de Estado forem prudentes tratarão com tempo de preparar a opinião pública para esse efeito, não a deixando transviar por incidência. É claro que o deslumbramento causado por certos triunfos obtidos por surpresa por outros países pode arrastar os governos espanhóis para aventuras a que como objectivo apenas se vêem Portugal, Gibraltar e Marrocos. Muito receio tenho não só da fascinação que a ideia imperial exerça em muitos cérebros mas sobretudo da ideia das facilidades com que imaginam poder contar para domínio de Portugal e Gibraltar».

«Facilidades» que se prendiam com algo que Monteiro vinha insistentemente denunciando nos seus telegramas e ofícios: a fraca capacidade das Forças Armadas portuguesas: «A falta de preparação militar por nossa parte obrigará os aliados a reconquistarem o país ao inimigo e a refazerem debaixo de fogo o nosso exército, como depois de 1808, transformando o território nacional num campo de batalha, hipóteses que talvez se possam salvar com preparação militar cuidadosa e a tempo. Seria horrível vermos chegar como salvadores os soldados africanos da França».

Sem acusar Salazar de quebra de lealdade para com a Aliança, não deixa, contudo, de deplorar certas posições da «imprensa mais chegada ao Governo», por fomentarem a desconfiança de Londres em relação ao regime português⁶⁸.

Salazar não perde tempo a responder a estas invectivas e formula quatro perguntas ao embaixador: Que sabia o embaixador acerca da falta de empenhamento do Governo em executar o programa de rearmamento nacional; e considerava plausível excedê-lo «em tempo de paz sem lançar o país na miséria?» Achava possível, independentemente da preparação da defesa contra Espanha, evitar a violação de fronteiras ou ocupação inimiga de qualquer fracção do território nacional? Tinha conhecimento de qualquer declaração ou atitude oficial capaz de semear dúvidas na Grã-Bretanha quanto à fidelidade de Portugal à aliança e suas obrigações? E, finalmente, era da opinião que os tratados da aliança obrigavam Portugal a seguir «sem discrepância» a política externa inglesa e «a entrar em guerra a seu lado em toda e qualquer hipótese?»

E despedia-se com uma pequena prédica sobre a lealdade devida pelos diplomatas ao Governo que representavam: «Entendo que os nossos Embaixadores e Ministros no

estrangeiro têm estrito dever informar minuciosamente acerca dos factos ou estado de espírito local e fazer com a maior liberdade as suas reflexões ao Governo para serem ou não seguidas, mas entendo também que precisam de ter absoluta confiança nas informações políticas que lhe são fornecidas aliás com o maior cuidado pelo Governo para bem poderem desempenhar a sua missão e darem maior força possível às suas diligências e actuação»⁶⁹.

Monteiro não se mostra acanhado na defesa dos seus argumentos e, ponto por ponto, refuta as farpas que Salazar lhe lançara.

Quanto à primeira questão, afirma que «(...) os resultados da obra financeira de V. Ex.a permitem um esforço sério no sentido da preparação militar e que esta feita em tempo de paz ficará mais barata do que feita sob o fogo do inimigo e acarretará menores misérias». A respeito da segunda pergunta, nota que sendo a ajuda estrangeira inevitável, competia ao Governo organizar as condições políticas e militares necessárias para que «(...) o socorro alheio seja o mais barato, o mais efectivo, o menos vasto e o menos destruidor possível e o menos atentatório da nossa independência».

No que toca à fidelidade à aliança, sublinha, entre outras coisas, a infeliz política de aquisições de material de guerra à Alemanha, a rejeição da proposta britânica de revisão dos tratados de aliança, bem como a liberdade que os serviços de propaganda do Eixo gozavam em Portugal.

Quanto à última questão, contenta-se em citar uma passagem de um telegrama seu, datado de Janeiro de 1938: «(...) “ideal política aliança seria ligar a Inglaterra à obrigação de nos defender metrópole e colónias mas conservando nós liberdade para manter neutralidade benevolente em face de qualquer conflito nos não interesse fundamentalmente ou enquanto não interesse fundamentalmente”. Não entendo por isso que estejamos obrigados a seguir a política inglesa ou entrar em guerra ao lado Inglaterra sempre que esta entre»⁷⁰.

A tréplica de Salazar chegará três dias depois e não é branda: «(...) O Governo não pode admitir a um seu representante de confiança junto de um Governo estrangeiro que se constitua em acusador da sua política, sendo acima de toda a compreensão que o faça injustamente e com desconhecimento dos factos»⁷¹.

Perante esta admoestação, Monteiro solicita a exoneração do seu posto. Poucos dias decorridos, a 22 de Maio, Salazar profere uma alocução sobre política externa na Assembleia Nacional, congratulando-se pela vitória de Franco em Espanha e reiterando a sua fidelidade à aliança. Felicitado pelo Primeiro-Ministro inglês, Neville Chamberlain, julga que as palavras deste seriam suficientes para diminuir o alcance das críticas de Monteiro. Todavia, antes de ensaiar a reconciliação com o embaixador, submete o incidente à apreciação do Conselho de Ministros.

Em reunião de 26 de Maio, o plenário ministerial faz justiça às qualidades pessoais de Monteiro e pronuncia-se pela sua manutenção em Londres. Todavia, não deixa de solidarizar-se com a indignação do Presidente do Conselho, entendendo que Monteiro deveria retractar-se perante aquele, sobretudo pela forma «leviana» como lhe transmitira os seus remos (através de telegramas oficiais). Dando ares de magnanimidade, Salazar declara aos seus ministros que a mensagem de Chamberlain e as suas próprias réplicas ao embaixador eram o bastante para sanar o incidente e salvaguardar o bom nome do Governo⁷².

Dirige então um telegrama e uma carta pessoal a Monteiro, pedindo-lhe que reconsidere o pedido de exoneração. Dois documentos interessantes pelo que revelam do lado mais cínico de Salazar: com efeito, este não só omite a análise do pedido de demissão em Conselho de Ministros, como sugere que o embaixador se retracte perante o Ministério! «(...) o Embaixador em Londres faria uma boa acção dizendo um dia oficialmente para o Ministério que verificou não terem fundamento os seus receios ou que, pelo menos, factos – e de alguma retumbância, vamos – posteriormente sucedidos, vieram pôr a nu a sem razão das suas acusações»⁷³.

Monteiro anui ao apelo de Salazar em telegrama de 7 de Junho e carta de 11. Nessa missiva – largamente censurada pela primeira comissão do Livro Branco do mne –, admite que não devia ter usado telegramas oficiais do Ministério para exprimir as suas divergências – logo ele, que tantas vezes deplorara a falta de segurança da cifra telegráfica! – mas não abdica da oportunidade e justeza dos seus pontos de vista: «Tinha procurado impressionar V. Ex.a fortemente com o estado de inquietação geral – de desconfiança, digamos – que existia a respeito das atitudes do Governo português; tinha apontado as razões em que este podia fundar-se. De dia para dia sentia o subir da vaga. Continuando as coisas assim, a voz de V. Ex.a ao falar em nome do país, iria perdendo sucessivamente o eco, apagando-se de novo na nossa velha inutilidade internacional. Era isto que eu queria evitar»⁷⁴.

A Segunda Guerra Mundial, Salazar e Monteiro: duas concepções da neutralidade portuguesa

Quando estala a II Grande Guerra, o relacionamento entre Salazar e Monteiro deixava muito a desejar em termos de afabilidade e compreensão mútua.

No entanto, vale a pena sublinhar desde já um ponto: as divergências que consumaram a ruptura de relação entre os dois homens nada tiveram que ver com uma hipotética conversão de Armindo Monteiro aos valores da democracia liberal de tipo anglo-saxónico⁷⁵. Lendo a correspondência do embaixador para Salazar, é até possível interrogarmo-nos se os anos em que aquele esteve colocado em Londres não terão reforçado os seus preconceitos antiliberais e antidemocráticos. Na sociedade inglesa, Monteiro admirava a sua estrutura hierárquica e conservadora, o brilho das suas elites, o conformismo das classes trabalhadoras face à ordem estabelecida e – sobretudo – a ligação visceral que entevia entre o cidadão comum e o Império britânico. É neste sentido que deverá ser entendida a sua «anglofilia» – para além, claro está, de uma assumida preferência pela tutela internacional da Grã-Bretanha, principal poder marítimo mundial até à entrada em cena dos Estados Unidos.

Assim, aquilo que dividiu Salazar e Armindo Monteiro durante a II Grande Guerra não foram tanto pressupostos de natureza estratégica, mas questões de ordem táctica.

Muito marcados pela experiência da participação portuguesa na I Guerra Mundial, ambos estavam de acordo em não repetir o voluntarismo irreflectido dos Governos da República – ou seja, em declarar a beligerância sem um pedido expresso e formal da Grã-Bretanha. Por razões óbvias e independentemente da simpatia que a causa aliada lhes pudesse inspirar, ambos estavam cientes de que Portugal não dispunha de condições mínimas para participar num conflito que opunha as potências europeias tecnologicamente mais avançadas.

Todavia, se ambos comungavam da opção pela neutralidade, o mesmo não sucedia em relação ao figurino específico dessa neutralidade.

Em Monteiro, a opção por uma neutralidade benévola surgirá claramente formulada logo nos primeiros meses do conflito e mantém-se durante a hora mais negra da Grã-Bretanha. Mais: a partir da crise de Timor, em finais de 1941, não exclui de todo a hipótese de alinhamento bélico ao lado das Nações Unidas (a pedido de Londres, claro está, e com um envolvimento – presume-se – circunscrito ao teatro de operações do Pacífico).

Salazar, por seu turno, inicialmente descrente dos recursos económicos, militares e morais das democracias, e favorável a um entendimento anglo-germânico susceptível de manter a Rússia e o perigo bolchevista arredados da Europa Ocidental, define e pratica uma neutralidade equidistante ou geométrica até ao momento em que a vitória das Nações Unidas começa a desenhar-se com certa nitidez (Novembro de 1942).

Vejamos então de que maneira se foi cavando a distância entre os dois homens ao longo dos primeiros quatro anos de guerra.

Entre Setembro de 1939 a Maio de 1940 (a fase da chamada *drôle de guerre* ou *phoney war*), os efeitos da conflagração mundial tardam a repercutir-se quer em Portugal, quer na própria frente doméstica e militar dos beligerantes. Com a máquina do bloqueio britânico em fase de afinação, e a confrontação militar praticamente num impasse, as fricções entre Lisboa e Londres são relativamente reduzidas. No entanto, tal não obstou a que, pontualmente, surgissem desinteligências entre os dois governos e, conseqüentemente, entre Salazar e Monteiro.

Na verdade, logo a 1 de Setembro de 1939, a oportunidade e o *modus faciendi* da declaração de neutralidade portuguesa (antes mesmo da Inglaterra ter declarado guerra à Alemanha) são questionados pelo embaixador em Londres. Sem pôr em causa a posição neutral do País, aconselha o Governo a solidarizar-se com a causa moral da Inglaterra: «Ponderando tudo o que tem acontecido, atrevo-me a lembrar a V. Ex.^a que talvez houvesse vantagem em ir ao encontro da necessidade inglesa de apoio de ordem moral para a causa que defende. Sei que aqui fez certa impressão a passagem da nota de 1 de Setembro que declarava não haver interesses portugueses próprios no actual conflito. Por mim, parece-me que, na altura da paz, precisaremos da boa vontade inglesa, se os aliados vencerem e que não teremos nenhum apoio se não tivermos o seu. Se os alemães vencerem, só Deus nos pode salvar»⁷⁶.

Nos meses seguintes, o ambiente entre as duas chancelarias é ainda ameno, tendo o Foreign Office assinalado com agrado a resposta de Lisboa a pedidos de protecção aos interesses britânicos em Moçambique, ou de não utilização da costa portuguesa e das ilhas atlânticas como pontos de abastecimento da marinha e aviação alemãs⁷⁷.

Em Fevereiro de 1940, porém, confrontado com a atitude pouco cooperante de Salazar nas negociações para um acordo comercial de guerra e em relação a uma série de reivindicações menores (vigilância de nacionais alemães em trânsito nos Açores; supressão de boletins meteorológicos; intercepção de mensagens telegráficas alemãs; passagem de tropas britânicas através de Moçambique; entrega de uma encomenda de traineiras portuguesas ao Almirante britânico, etc.), o Foreign Office desdobra-se em diligências para chamar Portugal à razão⁷⁸.

Atento ao mal-estar que se ia instalando, Monteiro dirige então duas cartas a Salazar, pondo-o ao corrente das suas inquietações. Numa delas, datada de 4 de Março, desabafa: «Não posso deixar de sublinhar a V. Ex.^a que, a par da crescente hostilidade aos neutros

que já dei parte a V. Ex.a, tenho visto aumentar de novo, nos últimos tempos, a incompreensão da atitude portuguesa. A mudança de atmosfera parece-me patente no Foreign Office. Já não encontro ali o espírito de “confidência” a que estava habituado. Agora têm de se arrancar as notícias aos funcionários e só se conseguem meias informações. Como sei que tudo ali é intencional, não posso deixar de ligar efeito com causa. Tenho a sensação de irmos chegando a um período semelhante ao que se atravessou vai agora um ano»⁷⁹.

Numa outra, refere as suspeitas inglesas acerca da existência de uma solidariedade velada entre Portugal e os regimes autoritários europeus e recomenda medidas tendentes a desanuviar a atmosfera entre as duas chancelarias e muito particularmente a saída de Salazar dos Negócios Estrangeiros, colocando-se este numa posição de árbitro⁸⁰.

A 6 de Maio de 1940, como não vislumbrasse qualquer receptividade às suas sugestões, volta a pedir a demissão, invocando embora razões de natureza pessoal⁸¹. Os acontecimentos dramáticos que se seguiram – Hitler desencadeia a ofensiva contra a Bélgica e os Países Baixos a 10 de Maio de 1940 –, porém, acabarão por demovê-lo dessa decisão.

Entre Junho de 1940 e Outubro de 1940, na sequência da ocupação dos Países Baixos, da capitulação da França e da entrada da Itália na guerra, os dados estratégicos do conflito, bem como a posição de Portugal e da Península face a ele alteram-se radicalmente. Abalado pelos êxitos fulminantes da Wehrmacht e pela evacuação dramática do Corpo Expedicionário Britânico, Salazar e as altas esferas do regime temem pela derrocada britânica.

Em Londres, vivamente impressionado pelos progressos da indústria de guerra britânica, Monteiro nem por um instante partilha das convicções de Salazar a respeito da inevitabilidade de uma paz de compromisso entre a Inglaterra e a Alemanha. Depois de muito a contragosto se ter visto obrigado a praticar uma diligência junto de Halifax, a fim de lhe transmitir essa ideia de paz negociada⁸², esforça-se por dissipar a noção de que a Grã-Bretanha poderia estar à beira da capitulação. Em ofícios de fino recorte literário dá então conta a Salazar do sereno heroísmo dos ingleses durante a Blitzkrieg e sublinha os trunfos que a Aliada dispunha para virar a sorte da guerra a seu favor: uma inabalável força moral, hegemonia nos mares, superioridade tecnológica no ar e, não menos importante, a generosidade material da Commonwealth e dos «primos americanos»⁸³.

Durante os meses críticos de Junho e Julho, porém, o espectro da generalização da guerra à Península vai adensar-se progressivamente. No dia em que Franco decreta «a não-beligerância», a 13 de Junho de 1940, expressão pouco usual na linguagem diplomática e que, em Londres, é interpretada como a antecâmara da beligerância espanhola ao lado do Eixo, Monteiro telegrafa para Lisboa recomendando uma atenção redobrada face à evolução da posição espanhola: «Permita-me V. Ex.a que lhe peça que não tenha ilusões sobre a atitude espanhola e comece a preparar o povo e a Administração para graves coisas. Só por milagre estas não se darão. Se o milagre vier tanto melhor, mas infelizmente, tudo aconselha a que se preveja o pior. Certamente V. Ex.a já pensou no caso, mas lembro a vantagem de pôr o nosso ouro a bom recato enquanto parece ser tempo»⁸⁴.

Atentos a esta evolução, os ingleses vão envidar todos os esforços com vista a travar a aproximação hispano-alemã. Nesse sentido, patrocinam o acordo tripartido anglo-hispano-português, que permitia à Espanha, através de um crédito especial em libras,

abastecer-se de produtos coloniais portugueses; e em 29 de Julho, não deixam de acolher com alívio a notícia da conclusão do Protocolo Adicional ao Tratado Ibérico de Amizade e Não-Agressão, que tornava obrigatórias as consultas mútuas entre os governos português e espanhol. Todavia, como assinalou António José Telo – e como recentemente sublinhou Paul Preston na sua biografia de Franco –, em Julho de 1940 o caudilho estava ainda longe de ter descartado a hipótese de uma beligerância ao lado do Eixo.

Em Outubro, a substituição do «moderado Beigbeder pelo germanófilo Serrano Suñer na pasta dos Estrangeiros de Espanha e, poucos dias depois, o encontro entre Franco e Hitler em Hendaye, vêm ensombrar de novo o quadro da neutralidade peninsular. De Londres, Monteiro volta a exercitar o seu espírito crítico, numa carta de 29 de Outubro:

«Na situação internacional presente, como pode ver-se daqui, julgo distinguir as mais graves ameaças para a independência e integridade portuguesas (...) sinto e penso que, de facto, só por milagre pode Portugal escapar à vaga de loucura que passa sobre este continente, torturado pela ambição de alguns homens (...) como chegou a vez da Noruega, da Bélgica, da Holanda, da Roménia, da Grécia, assim também a nossa pode chegar. Infelizmente estamos agora na linha das conquistas».

Mais adiante, insinua que o Governo se acomodara à tranquilidade dos primeiros meses da guerra, não cuidando o suficiente das alternativas a uma neutralidade que, de hora a hora, ameaçava sucumbir à bota alemã:

«Até à hora trágica da invasão fulminante, andavam os Governos de todos aqueles países embevecidos na ilusão da neutralidade; todos esperavam que, por milagre, a onda passasse sem os tocar. Não procuraram os contactos que os podiam salvar; não se organizaram para fazer face à adversidade. (...) Julgo que, quando chegar o momento, a vaga alemã alastrará sobre Portugal. Só por milagre ela passará ao seu lado sem lhe tocar. A lógica dos acontecimentos e das necessidades que eles criam arrasta-me para essa conclusão. Não sei – nem interessa – se os germanos virão em pessoa até às nossas fronteiras ou se preferirão mandar ali delegados que os representem».

Posto o problema nestes termos, exprime receio pelo destino político do país na eventualidade de uma vitória do Eixo. Absorvido pela Espanha, o mais que Portugal poderia esperar era um «vislumbre de autonomia local na grande máquina dirigida draconianamente de Berlim (...). Mas as colónias, sem as quais nada valem, ser-nos-iam arrancadas».

No seu entender, a independência nacional e a própria sobrevivência do regime só estariam a salvo com a vitória britânica ou, em última análise, «uma paz sem vencedores nem vencidos». E «isto – por simples exclusão – me faria desejar que a nossa política se inclinasse para a Grã-Bretanha, mesmo que compromissos, laços velhos e interesses certos não a orientassem nesse sentido». Uma vez «roto o precário equilíbrio peninsular» tornava-se imperioso apoiar a Inglaterra de forma clara e inequívoca, por forma a co-responsabilizá-la na resistência da metrópole ou a qualquer «colapso que possa ser invocado no futuro».

No entanto, a escassez de recursos militares da aliada, por um lado, e as exigências da Grécia e do Egipto naquela conjuntura militar, por outro, faziam-no temer pela resposta de Londres a um pedido de auxílio militar terrestre.

Preconiza então a transferência do Governo e dos órgãos administrativos do Estado para outro ponto do território nacional, nomeadamente as ilhas atlânticas: «Amputados apenas provisoriamente das melhores províncias, das ilhas administráramos o Império, nele

levantando tropas, que podem desempenhar papel útil (...). Veja V. Ex.^a que a Holanda e a Bélgica hoje existem só pelas suas colónias». Uma solução que, além de salvaguardar a soberania nacional (e o regime político que a encarnava), apresentava ainda outra vantagem: a de evitar que os aliados contemplassem uma ocupação unilateral dos arquipélagos atlânticos⁸⁵.

A 31 de Outubro, na sequência destes alvitre, Salazar chama-o a Lisboa para conferenciar.

Das conversas que mantêm em Lisboa resulta a decisão de propor conversações militares à Grã-Bretanha, com vista a prevenir uma agressão alemã e/ou espanhola. A 17 de Dezembro, já de volta a Londres, Monteiro efectua uma diligência nesse sentido junto de Halifax. No dia seguinte, o secretário de Estado do Foreign Office comunica-lhe que Churchill dera luz verde para as conversações e pergunta se Salazar estaria disposto a enviar a Londres «em traje civil e sem barulho, pessoas para esse efeito competentes»⁸⁶.

Nos meses seguintes, a agenda política das duas chancelarias será largamente dominada por essas conversações militares que, com os seus equívocos e impasses, vão estar na base de mais um prolongado contencioso entre os dois países.

Desde logo porque, como notou António José Telo⁸⁷, os representantes portugueses apresentam-se no War Office sem objectivos bem definidos. Assim que os seus interlocutores se apercebem dessa indefinição, vão direitos ao ponto que verdadeiramente lhes interessa: a defesa das ilhas atlânticas – e em particular dos Açores, por eles encarado como a alternativa mais credível à base de Gibraltar, na eventualidade de um ataque alemão ao rochedo. Propõem então o envio de técnicos à paisana para estudar o apetrechamento dos meios de defesa dos Açores, Cabo Verde e Madeira – o que é prontamente rejeitado por Salazar, com o pretexto de que a presença desses técnicos nas ilhas poderia de ser vista em Berlim como uma provocação. Desse modo, as conversações vão-se arrastando sem resultados à vista: os portugueses insistindo na defesa do continente como primeiro baluarte contra uma agressão; os ingleses, naturalmente, repisando a ideia de uma defesa a partir das ilhas açorianas.

Em Abril, porém, os avanços de Rommel na Líbia, as ofensivas alemãs contra a Grécia e Jugoslávia, a insubordinação do Iraque e as hesitações de Vichy vão fragilizar ainda mais a posição britânica no Mediterrâneo, razão pela qual o Foreign Office renova as pressões junto de Salazar, por forma a que este aceite a colaboração na defesa dos arquipélagos atlânticos. Cada vez mais apreensivo com o curso da guerra, Salazar procura ganhar tempo. Volta a chamar Monteiro a Lisboa para conversações e só a 21 de Maio responde ao Memorial que o Foreign Office lhe submetera em Março. No entanto, ao mencionar «a defesa das condições de evacuação do Governo», acaba por admitir, implicitamente, uma retirada do Governo para os Açores. Como seria de esperar, os ingleses agarram-se a esta oportunidade com unhas e dentes. No seu Memorando de 30 de Maio, sem se comprometerem com o envio de qualquer força expedicionária para a Metrópole, aconselham a transferência do Governo para os Açores a partir do «momento em que Portugal for ameaçado» – expressão que dará azo a intermináveis discussões entre as duas chancelarias – e prontificam-se a introduzir melhorias na pista do arquipélago e nos seus meios de defesa antiaérea e costeira. Compreensivelmente, o mne levará semanas a digerir esta proposta.

Entretanto, a 27 de Junho de 1941, no outro extremo da Europa dá-se um dos acontecimentos decisivos do conflito: o início da Operação Barbarossa. De acordo com

António José Telo, o ataque alemão à União Soviética leva a que Salazar reformule a sua estratégia diplomática no sentido de uma intensificação das relações com o Reich, especialmente no plano económico e de uma maior resistência aos pedidos de colaboração da Inglaterra, embora sem nunca a hostilizar⁸⁸.

A resposta ao Memorial inglês de 21 de Maio é finalmente entregue a 10 de Julho. Nesse documento, o Presidente do Conselho anui à proposta de retirada do Governo para os Açores, exigindo em contrapartida maiores facilidades para a aquisição de armamento na Grã-Bretanha. Londres acolhe com evidente agrado a posição portuguesa, pois esta abre caminho a novas e maiores exigências, nomeadamente «(...) o desenvolvimento imediato de infra-estruturas necessárias a uma base aeronaval nos Açores, o compromisso de as utilizar assim que Gibraltar seja ameaçada, de modo a que o arquipélago possa funcionar como alternativa»⁸⁹.

Subsistia, porém, uma divergência séria: o momento em que se deveria proceder à evacuação do Governo (bem como a extensão do plano inglês de destruições de alvos estratégicos). Salazar insiste em que a transferência dos principais órgãos de soberania do Estado para os Açores só se concretize a partir do momento em que o território metropolitano seja alvo de uma agressão e não, como pretendiam os ingleses, quando a Espanha abandonasse a «não-beligerância».

A questão divide também Salazar e o embaixador. Embora concordando com os argumentos aduzidos pelo chefe do Governo a favor de uma evacuação in extremis – necessidade de evitar um exemplo de pânico, possibilidade dos invasores instaurarem um governo fantoche em Lisboa –, Monteiro propõe que se acerte uma fórmula de transacção, única forma de evitar o mais negro dos cenários: uma operação da Royal Navy sobre os Açores, «por sua própria iniciativa e independentemente de todas as considerações políticas»⁹⁰. A 9 de Setembro, exasperado com a irredutibilidade de Salazar – que chega a ameaçar ripostar a um eventual ataque da esquadra inglesa aos Açores –, envia um extenso ofício para o mne, advogando a cedência às pretensões de Londres: «Nós dependemos do mar e de quem domina o mar. Estar bem com quem comanda o oceano tem sido, há muitos séculos, o princípio fundamental da nossa política externa; é a razão de ser da aliança e não julgo que as suas razões tenham enfraquecido com o tempo. (...) Se a Grã-Bretanha se apresentar amanhã – claramente – a pedir ao Governo português certos sacrifícios em nome de velhos tratados, não vejo, na verdade, como possam ser recusados.

Não tenho confiança na paz que resultar da vitória dos aliados. Mas sei que, com todos os seus erros e disparates, há-de respeitar três coisas essenciais: a independência do país; a sua unidade; a sua integridade territorial. E de ciência certa sei que a vitória alemã nos recusará esses três bens primaciais. De tudo isto me vem ânimo para defender perante V. Ex.a a política de manutenção da neutralidade portuguesa até ao ponto em que a entrada da Espanha na guerra – ou a invasão desse país – a torne impossível; mas pedindo-lhe que prepare o futuro para que, a partir desse momento, o destino da nação não fique à mercê de incidentes (...). Tudo isto é horrível. Mas é dentro do horrível que V. Ex.a tem de agir»⁹¹.

No fim do mês, Salazar responde a estes comentários num despacho igualmente extenso e categórico. Cada vez mais céptico em relação às possibilidades de vitória inglesas, reitera a defesa da neutralidade portuguesa, independentemente de um ataque alemão a Espanha ou de uma agressão desta a Gibraltar. E não deixa de admoestar o seu interlocutor: «V.

Ex.a conhece tão profundamente a questão e os interesses do país que, à parte os naturais escolhos das negociações, não terá dificuldades em considerar-se fiel intérprete do pensamento do Governo»⁹².

É esta desinteligência em torno do momento exacto da evacuação – aparentemente técnica, mas plena de significado político – que adiará para Julho de 1942 a aprovação definitiva do plano de colaboração militar luso-britânico⁹³. O impasse só não abre uma grave crise na aliança porque, entretanto, diminuíra já a ansiedade do Estado-Maior britânico a respeito da Península – a partir de meados de 1941, a máquina de guerra alemã é concentrada em força na frente russa e nos Balcãs, incluindo algumas das divisões Panzer anteriormente instaladas nos Pirinéus.

No entanto – como esclarece António José Telo –, «(...) em Dezembro de 1941, as relações entre Portugal e a Inglaterra, embora formalmente correctas – estão mais frias do que nunca»⁹⁴. Aos mal-entendidos surgidos no decurso das conversações de Estado-Maior há também que acrescentar os diferendos decorrentes da aplicação dos princípios do bloqueio económico britânico, bem como a persistente recusa de Lisboa em concluir um acordo comercial de guerra nas condições pretendidas por Londres.

Mas o final de 1941 conhecerá ainda um caso que o embaixador inglês em Lisboa não hesitou em descrever como a mais grave crise da aliança desde o Ultimatum de 1890 – a invasão de Timor por forças aliadas em 18 de Dezembro de 1941.

Em Novembro desse ano, apreensivos com a escalada das tensões político-militares no Pacífico, os ingleses abordam Salazar para que este aceite uma colaboração na defesa de Timor português – um valioso elo de ligação entre a Austrália e as Ilhas Orientais holandesas e, em poder dos japoneses, uma potencial base de ataque ao porto de Darwin⁹⁵. Tal como nas negociações para a elaboração do plano de emergência luso-britânico, Salazar acolhe favoravelmente a ideia, mas não tarda a bloquear as conversações quando se trata de definir o momento exacto do auxílio britânico – a Grã-Bretanha pretendendo que as suas forças entrassem em acção ao primeiro sinal de perigo iminente; Salazar mantendo que essa intervenção só seria aceitável na sequência de um acto de guerra contra Timor.

Todavia, uma vez desencadeada a guerra no Pacífico, a 7 de Dezembro, Timor torna-se um alvo demasiado apetecível para ambos os beligerantes. A 18 de Dezembro, a pretexto de uma alegada presença de submarinos nipónicos ao largo das costas de Timor, uma força conjunta australiana e holandesa desembarca em Díli, deitando por terra todos os cálculos de Salazar a respeito da correcção diplomática da Grã-Bretanha. Profundamente melindrado com o incidente, Salazar reage de forma emotiva, exigindo a imediata retirada das tropas aliadas e ponderando a suspensão de relações com Londres.

A reacção de Monteiro é, aparentemente, mais cerebral. Conhecedor do nervosismo que se apoderara das chefias políticas e militares britânicas no rescaldo dos primeiros desaires no Oriente (bombardeamento de Hong Kong, afundamento dos navios Prince of Wales e Repulse), advoga uma linha conciliatória, quanto mais não fosse para evitar que uma reacção desproporcionada de Salazar viesse a fragilizar a sua posição negocial nas conversações militares envolvendo os Açores. Em telegrama de 18 de Dezembro de 1941, para além de absolver o Foreign Office da responsabilidade pelo incidente, reclama uma fórmula susceptível de viabilizar a permanência das tropas aliadas no território. E deixa um aviso: «Considero que desde este momento a nossa neutralidade vai

praticamente chegando ao fim; qualquer pretexto servirá para que, por uns ou por outros, parcelas sucessivas do nosso território sejam ocupadas»⁹⁶.

Confirmavam-se assim os piores receios do embaixador: quando a gravidade das circunstâncias o exigisse, a Inglaterra, à boa maneira vitoriana, não teria escrúpulos em proceder – ou, pelo menos, em dar cobertura – à ocupação unilateral de um ponto estratégico de um aliado.

Chamado a Lisboa por Salazar, em sinal de protesto, Monteiro não abandonará o seu posto sem antes remeter à consideração do chefe do Governo uma síntese do seu pensamento em matéria de política externa. Desse ofício de 30 de Dezembro de 1941 vale a pena reter alguns dos pontos essenciais: «(...) A aliança inglesa tem-nos dado, desde o século xvii, com os altos e baixos inseparáveis da natureza humana, a segurança de que precisamos. Pode dá-la enquanto comandar o Atlântico; em certos pontos mesmo, o nosso domínio (no Oriente, por exemplo) depende da conservação do domínio britânico. Da aliança tira a Grã-Bretanha vantagens preciosas, mas nós tiramos razões de vida; e a Inglaterra precisa, sobretudo, que lhe asseguremos a ocupação de certos pontos estratégicos em épocas angustiosas.

A aliança foi estabelecida com expreso carácter de garantia; mas de nós depende transformá-la em colaboração. Nós somos os principais interessados em lhe imprimir uma feição bilateral, equilibrando direitos e deveres. Pretender tirar dela só benefícios é reduzi-la a termos de protecção, que repugnam ao orgulho nacional.

A Inglaterra não tem interesse geral e permanente (pode tê-lo acidentalmente) na existência de uma sólida força portuguesa; quanto mais poderosos formos, menos fácil será dominar a nossa vontade. Pelo contrário, Portugal tem o maior interesse em dispor de uma força eficaz, pronta a fazer-se valer; só assim poderá ser, dentro da aliança, um valor activo. A existência desta força como elemento de acção portuguesa é tanto mais importante quanto é certo que a Grã-Bretanha inicia as suas guerras sem preparação prévia.

A aliança só poderá durar enquanto garantir à Inglaterra vantagens que a justifiquem. Negá-las ou destruí-las é negar ou destruir a própria aliança e, com elas, uma das garantias fundamentais da nossa independência.

Portanto (como tenho dito a V. Ex.a) a política externa portuguesa, por exigência das coisas, deverá, segundo creio, ser conduzida de forma a não cortar o caminho dos grandes interesses britânicos. Esta atitude é quase sempre fácil, porque, graças a Deus, os interesses ingleses só ocasionalmente se opõem aos nossos; e pode ser assumida com dignidade e até orgulho, embora exija sempre larga medida de prudência e reclame por vezes sacrifícios até muito grandes.

Como a de todos os países, a política externa portuguesa é dominada pelas condições de vida nacional; a aliança com a Inglaterra é de todas a principal e a mais velha. Aceitando-a e tentando aproveitá-la, conformamo-nos não com um princípio de vontade independente, mas com uma realidade.

Neutralidade e aliança serão incompatíveis a partir do momento em que esta última tenha de entrar efectivamente em jogo. É evidente que a Inglaterra procurará tomar por suas mãos aquilo de que precisa e a que se julga com direito, pelos tratados, se, em boa amizade, o não alcançar – sobretudo se a hora for de vida ou de morte»⁹⁷.

Durante o mês e meio que permanece em Lisboa, Armindo Monteiro volta a solicitar a sua demissão, desta vez alegando o desejo de retomar a docência universitária⁹⁸. Uma vez mais, Salazar logra demovê-lo dessa intenção.

A 19 de Fevereiro de 1942, com a ocupação da ilha pelas forças nipónicas, a crise de Timor conhece o seu triste epílogo. Temendo represálias sobre Macau, Salazar coíbe-se de ordenar um protesto mais enérgico em Tóquio. Em Londres, Monteiro é recebido por Eden, o qual, em tom de repreensão, compara a dureza utilizada por Salazar na condenação do desembarque «preventivo» dos Aliados com a brandura do protesto efectuado junto das autoridades japonesas.

Em certo sentido, Monteiro quase se sente vingado com o acto de força japonês – embora não da forma mais agradável para o seu brio patriótico. Numa carta particular dirigida ao embaixador Teixeira de Sampaio comenta assim a invasão nipónica: «Já a esta hora V. Ex.a deve ter tomado conhecimento, pelo meu telegrama, da reacção do Foreign Office ante o discurso do Presidente do Conselho, no segundo acto da tragédia de Timor. Não me surpreendeu, é claro, o assalto japonês: mas confesso que a nota aí entregue me deixou a impressão de que os nipónicos, ainda por cima de nos espoliarem, se permitem divertir-se à nossa custa. Enfim, o mais grave é que Timor agora fugiu da soberania portuguesa, Deus sabe por quanto tempo – Deus sabe se para sempre. E o acontecido foi apenas, segundo é razoável pensar, o começo de males ainda maiores: assim eu me engane»⁹⁹.

Até ao desencadear da Operação Torch, em Novembro de 1942, o ambiente geral das relações luso-britânicas permanece azedado. No plano político, a descoberta de uma operação do Special Operation Executive em Portugal, a chamada «rede Shell», fornece a Salazar um pretexto oportuno para endurecer posições nos vários contenciosos económicos que mantém com Londres (contrabando para países do Eixo à margem dos princípios aceites do bloqueio, exportação de volfrâmio para a Alemanha, etc.). Por outro lado, a derrocada britânica em Tobruk e os sucessos do Eixo na Ucrânica, no Cáucaso e no Extremo Oriente voltam a insuflar alguma confiança nos círculos germanófilos do regime. Sentindo a falta de solidariedade política e moral de Lisboa, os responsáveis britânicos fazem sentir a Monteiro uma crescente impaciência perante a equidistância de Salazar.

Em Março de 1942, em ofício dirigido ao Ministério, dá conta da atmosfera hostil com que se deparara em Londres no regresso das suas férias forçadas: «O espírito deste país – mesmo em altas regiões (...) – não está em posição de entender “neutralidades neutras”. Quando muito desculpará neutralidades amigas: as outras, atira-as para o capítulo das inimizades não confessadas. Na luta em que as soluções possíveis são apenas sobreviver ou morrer, todos os que não apoiam a causa aliada enfileiram entre os inimigos; é o raciocínio simplista a cuja influência poucos conseguem fugir».

Mas a neutralidade colaborante que a Inglaterra – e ele próprio – desejaria ver adoptada por Portugal não servia apenas os interesses britânicos, nem implicava, no seu entender, uma cedência vexatória à nação aliada. Era algo que se harmonizava com os princípios fundamentais da política externa portuguesa, tal como o próprio Salazar os definira. Assim: «Só uma política de amizade para com os aliados conseguirá salvaguardar a nossa influência na América do Sul, sobretudo no Brasil, que parece já deslizar no pendor que leva à guerra. Só ela pode fazer-nos valer perante a Espanha – que tem mais interesse, para se manter fora da guerra, em ser amiga de um país fortemente ligado à Grã-Bretanha

do que de um país sem amizades sólidas. No dia em que nada valermos em Londres (e por repercussão em Washington) de pouco ficaremos a valer em Madrid: deixaremos de mandar na Península como iguais para passarmos a figurar como protegidos. A neutralidade geométrica não embaraça as manobras que a Alemanha porventura faça em Espanha para a chamar para seu lado; mas a neutralidade amiga representa que pode ser difícil de saltar, mesmo a Suñer. Ao tratar connosco a Espanha tem sempre em vista não o pequeno país seu vizinho cuja independência não entende, mas o aliado da Grã-Bretanha.

Vichy e a própria Itália podem em certo momento ter interesse na influência que possamos exercer em Londres; mas de nada valeremos perante eles e nenhum papel realmente útil poderemos desempenhar na Europa se sacrificarmos, seja pelo que for, a intimidade dos laços que pela aliança nos unem à Inglaterra. Os Estados Unidos respeitam-nos como aliados da Grã-Bretanha e portanto como seus potenciais amigos: se nos considerassem a outra luz não julgo que lhes importasse serem-nos desagradáveis. Não podemos ter ilusões acerca dos factos»¹⁰⁰.

Nos meses seguintes, a obstinação de Salazar em fazer perdurar a «neutralidade geométrica», aliada a certas declarações suas menos consentâneas com o espírito da aliança¹⁰¹, levam o embaixador a endurecer o tom das suas críticas.

Numa carta redigida entre Julho e Setembro de 1942, dá conta da frieza com que Eden acolhera o discurso de Salazar de 25 de Junho desse ano, e procura que o Governo se furte a uma amizade comprometedora – e inútil – com a Alemanha. Mas essa missiva anuncia também uma inflexão na própria posição de Monteiro perante o conflito. Confrontado com as notícias referentes à «Nova Ordem» que a Alemanha procurava instaurar nos países ocupados, Monteiro ter-se-á convencido de que só a vitória total e incondicional dos aliados seria benéfica para as pequenas nações, independentemente da sua filiação política. Não compreende pois a indiferença de Salazar perante os putativos vencedores:

«Parece-me evidente que, neste conflito, se joga o futuro de Portugal: independência, extensão territorial, regime político, modo de vida, religião, tudo o que nos é caro à vida nacional. É a Pátria, em conjunto, herança de séculos e obra de hoje, que tem o seu destino em suspenso. A vitória de uns deixar-nos-á a independência e a personalidade: a dos outros será o estiolamento na escravidão moral, religiosa, política, económica e social. Não há um interesse nacional envolvido no conflito: tudo, na vida de Portugal como Nação, depende dele. (...) Mas nada nos aconselha, a meu ver, à indiferença pela marcha do prélio ou pelo destino dos que se digladiam – porque a nossa sorte está ligada às Nações Unidas. (...) Se elas tombarem vencidas estamos, a breve prazo, irremediavelmente vencidos; nada perderemos que não perdessemos também se lhes sempre tivéssemos sido indiferentes; se ganharem ao menos poderemos tê-las do nosso lado, em certa medida: e decerto as não teremos como contrárias»¹⁰².

Como ilustração do esfriar de relações entre Monteiro e Salazar, refira-se que este chegará ao ponto de enviar a Pedro Teotónio Pereira cópias das cartas trocadas com o embaixador em Londres, desabafando nestes termos: «Quem dentro de alguns anos ler os officios enviados ao Ministério, não conhecendo as pessoas nem as circunstâncias, há-de pensar que o Embaixador em Londres tomou sobre si o difícil encargo de não deixar resvalar o Governo para a traição, o desconhecimento ou a denúncia da aliança inglesa. Sobre este aspecto o apresentará a História»¹⁰³.

A partir de Novembro de 1942, com a viragem da guerra num sentido favorável às Nações Unidas, Monteiro começa também a reflectir sobre a ordem internacional que poderia emergir do pós-guerra. Em officios dirigidos ao mne, disserta acerca de temas como as ideias de federalismo europeu, a possível restauração de monarquias na Europa Central e de Leste, os projectos de reformismo social para o pós-guerra, a sobrevivência dos regimes «de ordem» num contexto de vitória das democracias, a emergência dos Estados Unidos como superpotência mundial, o futuro da sdn e, muito particularmente, sobre o destino dos impérios coloniais europeus face às previsíveis pressões no sentido da descolonização. Officios de inegável interesse histórico e que nos revelam um diplomata diligente e atento ao contexto político em que estava inserido.

Depois do desembarque aliado no Norte de África, a 7 de Novembro de 1942, acontecimento que praticamente elimina a ameaça militar a Gibraltar e à Península, e não obstante o desanuiamento ocorrido no plano económico mercê da assinatura do acordo comercial de guerra e do acordo de fornecimento e compras com os aliados, Monteiro volta a exasperar-se com a equidistância de Lisboa e com os fretes que o Governo de Salazar teimava em prestar àqueles que, nos países aliados, eram já apelidados de «inimigos da humanidade»¹⁰⁴. Tanto mais que, na viragem de 1942 para 1943, a posição das Nações Unidas face aos neutros tendia já para «(...) um claro endurecimento, a partir de uma nova situação de força e das necessidades estratégicas ditadas pela fase ofensiva da guerra, lembrando-lhes que o seu comportamento (no plano político, económico, etc.) relativamente ao inimigo seria considerado como um teste à sua fiabilidade ideológica (...) para os favores do mundo no pós-guerra»¹⁰⁵.

Diariamente exposto às críticas e recriminações dos responsáveis anglo-americanos, Monteiro tem uma percepção particularmente aguda desta inflexão da política aliada. Em conversas com John Winnant, o embaixador dos Estados Unidos em Londres, e com Winfield Riefler, o responsável norte-americano pela coordenação da guerra económica na Europa, recebe advertências claras: caso Portugal aspirasse ao auxílio dos Estados Unidos para enfrentar a normalidade económica do pós-guerra, era bom que começasse a dar mostras de uma maior boa vontade relativamente aos contenciosos económicos que ainda mantinha com os Aliados e em particular na questão do volfrâmio. Numa missiva de 31 de Maio de 1943 alerta o chefe do Governo para esta situação: «Depois da vitória na Tunísia, dos grandes bombardeamentos de que, com limitada reacção, a Alemanha e a Itália têm sido vítimas, dos êxitos obtidos nos combates dos submarinos, da grande concentração de forças à volta da Europa e das possibilidades de formidáveis ofensivas, os Aliados chegaram ao ponto de não admitir, sem dura reacção, resistências ou posições pouco amigáveis. Chegaram ao momento de trocar a política das contemporizações pela de imposição.

Quem tratar com eles deve atender a esta mudança de tom – que não nasceu agora, de repente, mas que é resultado de uma evolução de meses – para não cair em erros de manobra que podem ter consequências que mais tarde se deplorem»¹⁰⁶.

É pois com este estado de espírito que Armindo Monteiro acompanhará os primeiros passos das negociações com vista à cedência de facilidades militares à Inglaterra nos Açores.

A pretexto dos elevados danos causados pela guerra submarina no Atlântico, o Foreign Office procura que as negociações se desenrolem com a maior celeridade. Em Lisboa, Salazar já compreendera que a correlação de forças, na sequência de Torch e da débâcle

alemã em Estalinegrado, era claramente favorável aos aliados. As alternativas a uma linha de colaboração ou cedência eram praticamente nulas. A 23 de Junho de 1943, cinco dias depois do embaixador britânico em Lisboa lhe ter entregue uma nota solicitando a utilização de bases nas ilhas, com a invocação de todos os tratados da Aliança, Salazar dá sua anuência de princípio – mas sempre vai avisando que antevia negociações longas e complexas.

Na verdade, e isso é imediatamente apreendido pelo embaixador Ronald Campbell, Salazar preparava-se para repetir a sua velha tática negocial: ceder nas questões de princípio para depois regatear, até ao limite, a sua aplicação concreta. Neste caso, para extorquir as mais amplas contrapartidas políticas, militares e económicas aos seus interlocutores – de notar que a diligência britânica é praticada no auge das negociações luso-anglo-americanas para a renovação do acordo de volfrâmio e para o fornecimento de matérias-primas essenciais a Portugal.

Desta feita, porém, o pedido inglês de facilidades é efectuado numa conjuntura tendente a reduzir a margem de manobra de Salazar. Como escreveu António José Telo, o Presidente do Conselho «(...) não desconfia da divisão e conflitos aliados a respeito dos Açores e de como o calendário diante de si é apertado. A diferença entre a bóia e um peso que ajude a levar o regime mais depressa para o fundo é muito pequena»¹⁰⁷.

Com efeito, apesar de não ser alheio à clivagem existente entre o Foreign Office e os outros centros do poder britânico a respeito da forma de lidar com os neutros, Salazar parece subestimar a importância das discussões havidas entre Eden e Churchill em torno da questão dos Açores (aproximação diplomática versus golpe de força). Uma despreocupação não partilhada por Armindo Monteiro, o qual, de acordo com uma hipótese de António José Telo, poderá ter sido informado por Eden, a título particular, dos planos e calendários aliados para a ocupação militar das ilhas¹⁰⁸.

Assim, num telegrama expedido a 20 de Junho roga a Salazar que não se deixe iludir pela correcção formal da diligência britânica: «Devemos supor (...) que os Estados-Maiores aliados trabalham dentro de planos com horário fixado. Por isso o Governo português não pode demorar ou complicar a sua resposta sem correr o risco de ser colocado subitamente face à violência: uma vez ocupados os Açores pela força não só a posição do Governo português para tratar com os aliados seria desagradável como também o destino das ilhas depois da guerra seria incerto (para só aludir a estas consequências do facto). Precisa o Governo de obter expressas garantias de independência e integridade territorial da Nação por todas as potências interessadas e do auxílio aliado em caso de ataque sobre qualquer ponto do território metropolitano ou colonial. Mas esta garantia pode aqui ser dada em horas e o plano de auxílio pode começar rapidamente a ser estudado. Este é o momento de mostrar boa vontade, escondendo o inevitável debaixo da atitude do grande senhor, como única forma de dar valor ao que não pode ser recusado»¹⁰⁹. A preocupação em não deixar arrastar o início das negociações leva a que Monteiro apoie com entusiasmo a proposta de Eden se deslocar pessoalmente a Lisboa para concluir o acordo com Salazar – sugestão que este, previsivelmente, se apressa a declinar. O secretário de Estado britânico dá-se então conta do desânimo do embaixador: «The Ambassador seemed a trifle depressed and hardly sought to conceal the fact that he was not in sympathy with his Government's hesitations. At one moment he seemed about to say something and then checked himself and merely remarked "Salazar is a very complicated man". As he left

the room he added “This makes it difficult for me”, and then hastily said “But not for you”»¹¹⁰.

A 28 de Junho, no decurso de um almoço no Claridges, Eden volta a lamentar a aparente displicência de Salazar face a negociações que o Governo britânico, e o Foreign Office em particular, pretendia ver concluídas o mais rapidamente possível. Nessa ocasião, é o próprio Armindo Monteiro que, na qualidade de «cidadão de Portugal e amigo da Inglaterra» (palavras de Eden), sugere a tática para lidar com Salazar: «We were right not to let matters drag on too long. At the same time it was perhaps better not to fix a timetable from the start, but to insist now and continuously on the urgency of the matter. We would make it plain to Salazar that we as well as he were victims of the pressure of events and that for this reason we could not afford to delay»¹¹¹.

Salazar comenta estas diligências no seu estilo sarcástico: «Vejo com mágoa que o secretário de Estado parece não dar toda a importância à questão da cedência de bases portuguesas, pois continua a tratá-la em chás e almoços em vez de, como Embaixador de Portugal, aproveitar a oportunidade de tratar dos princípios sem precedentes, a fundo, em entrevistas, nas quais pudesse utilizar vantajosamente o conhecimento da verdadeira posição dos problemas»¹¹².

Poucos dias depois deste telegrama, Salazar recebe então uma extensa carta de Monteiro. Num tom de excepcional dureza, o embaixador em Londres põe em causa toda a estratégia negocial do Presidente do Conselho, advogando a pronta aceitação dos pedidos britânicos, de modo a que no fim do conflito o País pudesse colher os frutos do seu alinhamento com as Nações Unidas. Vale a pena citar algumas passagens dessa carta que, como veremos mais adiante, praticamente selou o futuro político de Armindo Monteiro: «Ando há quatro anos, com insistência, algumas vezes com impertinência, a pedir a V. Ex.a que se prepare para a hora do perigo que só um milagre podia evitar: sempre falei em nome da independência nacional, da integridade do território (...). Sempre defendi a manutenção da neutralidade portuguesa até onde fosse possível: tenho o horror da guerra; (...) a ideia de saber Portugal sujeito a sofrimentos próximos dos que os meus olhos viram, enche-me o coração de angústia; não queria de modo nenhum que Portugal sofresse ou sacrificasse um miligrama mais do que fosse estritamente indispensável. Mas tinha a convicção profunda de que nenhuma atitude do Governo português – nenhuma – podia evitar o que tinha de acontecer: por uma forma ou outra a guerra viria ao nosso encontro».

Porém, o apego intransigente a uma neutralidade geométrica, ditada por considerações estratégicas que subestimavam o poder da coligação anglo-americana, criara – em Londres e Washington – uma atmosfera de suspeição e ressentimento relativamente ao Presidente do Conselho. O pedido de facilidades nos Açores dava ao Governo português o ensejo para rectificar atitudes menos conformes com o espírito da aliança e, não menos importante, para ensaiar uma aproximação aos Estados Unidos: «Com isso não sacrificamos mais, não damos mais do que de outro modo daríamos: talvez possamos até dar menos. Não há princípios em jogo. Tudo é um caso de maneira, de método. (...) A natureza das operações em curso não admite paragens evitáveis: os Estados-Maiores não se detêm diante de obstáculos jurídicos. Nós sabemos-lo pelo acontecido em Timor. (...) Não podemos portanto brincar com o tempo, sob o risco de nos acharmos uma bela manhã diante de irreparável surpresa».

Para mais, as contrapartidas inerentes à concessão de tais facilidades não se ficariam por simples palavras de gratidão. A muito curto prazo, Monteiro achava possível reivindicar o alargamento dos Acordos de Lend-Lease a Portugal, melhoramentos materiais nos Açores, a fortificação de Lisboa e do Porto, bem como a modernização do exército e da aviação. A possibilidade de Portugal encetar um relacionamento bilateral especial com os Estados Unidos foi, aliás, um dos pontos que procurou destacar: «A presente ocasião oferece-nos um raro ensejo de travarmos com os Estados Unidos relações de amizade como nunca tivemos. Não a despreze V. Ex.a (...)». E mais à frente acrescenta: «Eu tenho a impressão de que Washington gostaria de vir ao nosso encontro, se lhes dêssemos ensejo favorável. E com essa aproximação haveria muito a ganhar no futuro».

A carta terminava com uma exortação a Salazar, no sentido de este se afastar da condução das negociações, a fim de evitar um desgaste ainda maior da sua imagem: «(...) dê instruções gerais a um responsável português e aceite as suas decisões, recomendando-lhe expressamente que não use o sistema da berrata ou do sarcasmo e proíba-o de ver a dignidade nacional em perigo diante de cada discordância dos ingleses; afirme-lhe que estes só farão o mais que puderem se se convencerem de que nós estamos a fazer o que podemos. Sobretudo é indispensável que os delegados portugueses se não mostrem manietados pelo nome de V. Ex.a, invocando-o a propósito e a despropósito, em coisas grandes, pequenas e minúsculas. É preciso que a chancela de V. Ex.a só apareça nos casos sérios e sobretudo quando puder sublinhar concessões. Só assim V. Ex.a se não diminuirá e estará no caso de ceder quando for inevitável»¹¹³.

A reacção de Salazar ficou patente na forma como lavrou a resposta às insinuações de Monteiro. Aproveitando as entrelinhas e o verso em branco do texto dactilografado da carta do embaixador, redige um despacho ditado pela indignação e ressentimento: «(...) com alguns anos mais e mais calma, o embaixador há-de reler esta e outras cartas de que certamente tem cópia e então as achará injustas, pretensiosas e com um quê de ridículo. Ele corará diante de passagens que roçam pela impertinência; admirar-se-á de ignorar os factos ou de confundi-los com a interpretação do esquerdismo inglês; envergonhar-se-á de tão estranhas manifestações de snobismo: esta carta traduz o ar de um grande senhor que vive em Londres, está relacionado com os dirigentes do mundo e fala de tudo isso superiormente a um pobre homem de Santa Comba, imbuído nos seus escrúpulos e amor ao país de um “provincianismo moral”»¹¹⁴.

Depois desta troca de piropos, seguiu-se uma troca de telegramas com novas insinuações, acusações veladas e frontais, apelos à calma...

Até que a 30 de Julho, após consulta ao Presidente da República e ao Conselho de Ministros, Salazar acaba por tomar a delicada decisão de exonerar o anglófilo embaixador¹¹⁵.

Epílogo

Em Londres e Lisboa muito se especulou sobre o futuro político de Monteiro, circulando também os mais desencontrados boatos acerca dos verdadeiros motivos que teriam levado à sua demissão. O monarca britânico Jorge VI, mediante sugestão do Gabinete, condecorou-o com a Ordem do Banho, honra normalmente reservada a chefes de Estado e de Governo e a que nem o Marquês de Soveral, a grande glória da diplomacia portuguesa, teve direito. Num sumptuoso jantar de despedida, Eden dirigiu-lhe palavras de gratidão e encorajamento. É provável que nessa altura (Setembro de 1943, já depois de

concluídas as negociações dos Açores), o Foreign Office considerasse prudente manter um homem de confiança em Lisboa para qualquer eventualidade. Todavia, na falta de provas documentais minimamente sólidas sobre o papel que os ingleses teriam reservado para o embaixador demissionário, só nos é permitido especular.

Regressado a Lisboa, Monteiro praticamente colocou um ponto final na sua carreira política. Apesar das relações entre Portugal e os aliados terem atravessado momentos de grande tensão até ao fim da guerra – tendo os dirigentes aliados chegado a contemplar o derrube de Salazar em Maio de 1944, aquando do impasse nas negociações do volfrâmio –, Salazar continuou de pedra e cal à frente do regime. Afastado do país durante largos anos, ostracizado pelos fiéis do chefe do Governo, Monteiro recolhe-se à vida privada, retomando a docência universitária e a actividade empresarial. Por mais de uma vez, Salazar tentaria recuperá-lo para as lides políticas, mas sem grande êxito. No entanto, fiel a um passado de colaboração com o regime, Monteiro nunca se envolveu em actividades hostis a Salazar. Nalguns momentos mais difíceis para o Estado Novo não hesitou em sair a público para defender personalidades ou ideias gratas ao regime, designadamente nas eleições presidenciais de 1949 e 1951 ou em debates de política colonial.

Em 1949 aceitou mesmo um convite para procurador à Câmara Corporativa, à época presidida por Marcello Caetano. Tratou-se, porém, de um regresso efémero. Em 1951, na sequência da revisão constitucional que revogou o Acto Colonial, abandonará de vez a política activa, conservando apenas o seu lugar de membro vitalício do Conselho de Estado. Em 1955, vítima de uma crise cardíaca, vem a falecer na sua quinta de Loures.

NOTAS

1 São eles Dez Anos de Política Externa (dape); Correspondência de Pedro Teotónio Pereira com Oliveira Salazar: 1931-1944; e Armindo Monteiro e Oliveira Salazar – Correspondência Política: 1926-1955, coordenação de Fernando Rosas, Júlia Leitão Barros e Pedro Aires Oliveira.

2 É Franco Nogueira quem nos dá conta da insatisfação de Salazar a respeito de Caeiro da Matta e de anteriores titulares da pasta dos Negócios Estrangeiros, in Salazar – Os tempos áureos (1928-1935), vol. II, pp. 303-304.

3 Até 1935, Monteiro vem descrito nos Relatórios Anuais enviados pela embaixada inglesa ao Foreign Office como um político obstinado e um nacionalista exaltado. Em 1934, por exemplo, o Foreign Office é assediado por queixas e protestos de súbditos britânicos em Moçambique, indignados com a prepotência do ministro das Colónias. Nesse ano, também o embaixador Claud Russel se queixava nestes termos: «The Colonial Ministry here is a sort of limbo, and any matter which is referred to that department is never heard again. Whither this is due to bad management or disorder in the ministry, or to ill will, or to a sort of nationalistic determination to ignore all foreign governments, I cannot say», Public Record Office/Foreign Office (PRO/FO) 371 18590 W4956.

4 Decreto n.º 26 162 de 28 de Dezembro de 1935.

5 Informação obtida junto do embaixador António de Faria, em entrevista de Setembro de 1995. Em 1938 é promulgada uma nova lei orgânica do mne, assinada por Oliveira Salazar e expurgada de quaisquer comentários sobre a preparação dos diplomatas portugueses. Esse diploma permaneceu em vigor até 1967.

6 Publicada em Oliveira Salazar, Discursos e Notas Políticas (1935-37), vol. II.

- 7 José Medeiros Ferreira, «Características históricas da política externa portuguesa entre 1890 e a entrada na onu», in *Política Internacional*, vol. 1, n.o 6, Primavera de 1993, p. 137.
- 8 Fernando Rosas, *O Estado Novo, História de Portugal*, coord. de José Mattoso, p. 297.
- 9 Os responsáveis portugueses não se devem ter esquecido dos rumores sobre as reivindicações italianas sobre Angola e Moçambique, por altura da Conferência de Locarno (1925). Em 1933 o embaixador Claud Russel deslocou-se às Necessidades a fim de desmentir uma alegada discussão entre Ramsay MacDonald e Mussolini em torno da partilha do Império português, PRO/FO 371 17419.
- 10 Arquivo do mne, 3.o Piso, Armário 13, Maço 89, Ofício de Monteiro a Ruy Ulrich, de 31 de Maio de 1935.
- 11 Em Junho de 1935, os principais diários ingleses promoveram uma grande sondagem – a chamada «peace ballot» – sobre as expectativas da opinião pública inglesa perante a sdn. A maioria dos inquiridos revelou-se favorável à aplicação de sanções militares aos violadores do Pacto.
- 12 Arquivo do mne, 3.o Piso, Armário 13, Maço 89, Ofício de Ruy Ulrich ao ministro dos Negócios Estrangeiros, de 25 de Junho de 1935.
- 13 Excerto de um diário íntimo de Armindo Monteiro (de Maio a Setembro de 1935), na posse de seus filhos (entrada de 31 de Julho de 1935).
- 14 Um telegrama da legação portuguesa em Roma, de 16 de Outubro de 1935, dava conta de críticas à aceitação da presidência da comissão das sanções pelo delegado português, Augusto de Vasconcelos («um furioso de Genebra», segundo o francês Pierre Laval...). Em Novembro de 1935, o ministro italiano em Lisboa, Alberto Tuozi, apresentou um protesto formal nas Necessidades sobre a atitude, que reputava de hostil à Itália, assumida por Portugal em Genebra, *Boletim Interno do mne*, 2.a série, 1936. Ainda segundo António Faria, que na altura prestava serviço na Secretaria do mne, Salazar não teria aprovado inteiramente o protagonismo de Monteiro na questão das sanções.
- 15 Arquivo do mne, 3.o Piso, Armário 13, Maço 90, Ofício de Armindo Monteiro a Alberto Oliveira, de 7 de Novembro de 1935.
- 16 Arquivo do mne, Armário de Ferro, Gabinete do Secretário Geral-1, Apontamento de conversa de Armindo Monteiro com Anthony Eden, a 11 de Maio de 1936.
- 17 Discurso de Armindo Monteiro no Conselho da sdn, a 3 de Junho de 1936.
- 18 Sobre as várias correntes que se confrontaram em torno da revisão do Pacto da sdn, cf. Fernando Rosas, *O Salazarismo e a aliança luso-britânica*, pp. 57-65.
- 19 Discurso de Armindo Monteiro na XVII Assembleia Geral da sdn, em 30 de Setembro de 1936, in *Dez Anos de Política Externa (dape)*, vol. III, 1964, doc. 436.
- 20 Franco Nogueira, op. cit., vol. II, p. 317.
- 21 Arquivo do MNE, Armário de Ferro, Gabinete do Secretário Geral-1, Apontamento de conversa de Armindo Monteiro com Montesinos, encarregado de Negócios da Espanha, em 18 de Junho de 1935.
- 22 PRO/FO 371 20516 W2800, do Relatório anual de 1935.
- 23 Arquivo do mne, Armário de Ferro, Gabinete do Secretário Geral-1, Apontamento de conversa de Armindo Monteiro com Montesinos, 19 de Junho de 1935.
- 24 Idem, Apontamento de conversa de Armindo Monteiro com José Juncal, em 22 de Agosto de 1935.

25 Armindo Monteiro visitou Madrid em 16 de Outubro de 1935. No Arquivo do mne e no Arquivo Salazar não encontrei qualquer memória ou despacho do então ministro dos Negócios Estrangeiros sobre essa visita. A título de curiosidade refira-se que o embaixador inglês em Madrid, Sir Henry Chilton, comentou para o Foreign Office um pequeno incidente relacionado com a visita de Monteiro: a ausência dos ministros da ceda no banquete que lhe foi oferecido, como protesto pela sua actuação no episódio das sanções à Itália.

26 PRO/FO 371 W9560 5435/36, Ofício de Charles Wingfield para Sir Samuel Hoare, de 7 de Novembro de 1935. Sobre a entrevista de Monteiro com Juncal, mencionada pelo embaixador inglês, ela não se encontra registada nos apontamentos de conversa do ministro. Num telegrama de 16 de Março de 1939, porém, Monteiro menciona um encontro com Barcia, anterior à eclosão da Guerra Civil, acerca do hipotético pacto luso-espanhol de não-agressão, in dape, vol. V, doc. 1976.

27 O «flirt» entre o Governo de Salazar e o Executivo centrista e católico de Madrid encontra-se bem documentado tanto em César Oliveira, Salazar e a Guerra Civil de Espanha, como em Iva Delgado, Portugal e a Guerra Civil de Espanha.

28 Citado por César Oliveira, op. cit., p. 105.

29 Declarações do ministro de Estado espanhol, Barcia, ao Daily Telegraph, em 25 de Fevereiro de 1936, registadas por Armindo Monteiro, no Arquivo do mne, Armário de Ferro, Gabinete do Secretário Geral-1.

30 Arquivo do mne, Armário de Ferro, Gabinete do Secretário Geral-1, Apontamento de conversa de Armindo Monteiro com Claudio Sanchez Albornoz, em 13 de Junho de 1936.

31 Telegrama de Monteiro para o mne, de 21 de Março de 1936, in dape, vol. III, 1964, doc. n.o 2.

32 Apontamento de conversa de Armindo Monteiro com o encarregado de negócios da Grã-Bretanha, Dodd, em 7 de Agosto de 1936, ibidem, doc. n.o 111.

33 Idem, em 11 de Agosto de 1936, ibidem, doc. n.o 141.

34 Apontamento de conversa de Armindo Monteiro com o ministro da França, Amé Le Roy, em 16 de Agosto de 1936, ibidem, doc. n.o 168.

35 Comunicada aos representantes da Inglaterra e da França em Lisboa, a 21 de Agosto de 1936, ou seja, já depois de operada a junção das tropas nacionalistas vindas de Sevilha com o exército de Mola, feito que conferia aos nacionais um controlo quase completo da fronteira terrestre com Portugal.

36 Pela alínea d) o Governo português atribuía-se o direito de defesa «contra qualquer regime de subversão social que se estabeleça em Espanha, se a necessidade de salvaguardar a civilização ocidental o reclamar», expressão suficientemente vaga para dar cobertura a todas as ingerências; e, pela alínea f), admitia «o reconhecimento da beligerância de qualquer das forças em luta, ou de um novo Governo» e «a modificação das condições de representação diplomática ou consular», antecipando assim o reconhecimento de facto dos nacionalistas, «Nota contendo as condições de adesão de Portugal ao acordo de não-intervenção», in dape, vol. III, doc. n.o 198.

37 Nota de Armindo Monteiro ao ministro da França e ao embaixador inglês, de 1 de Setembro de 1936, in DAPE, vol. III, doc. n.o 252.

38 Apontamento de conversa de Armindo Monteiro com Charles Wingfield, em 11 de Setembro de 1936, ibidem, doc. n.o 302.

- 39 Carta de W. S. Morrison a Armindo Monteiro, *ibidem*, doc. n.º 406.
- 40 Arquivo do MNE, Armário de Ferro, Gabinete do Secretário Geral-7, Telegrama «Urgente – Confidencial – Só para S. Ex.ª o Presidente do Conselho», de Genebra para Lisboa, de 1 de Outubro de 1936.
- 41 Na verdade, era a segunda vez que Monteiro solicitava a exoneração do posto de ministro dos Negócios Estrangeiros. A 10 de Agosto de 1936, numa carta dirigida a Salazar, alega falta de condições de trabalho no Ministério para pedir a demissão. As explicações terminam por aí, mas é provável que Monteiro se estivesse a referir à relação conflituosa que mantinha com Teixeira de Sampaio.
- 42 Portugal foi um dos países que inviabilizou essa proposta de mediação, avançada pela França e pela Grã-Bretanha no Comité, a 5 de Dezembro de 1937.
- 43 Memorial britânico de 4 de Janeiro de 1937, in *dape*, vol. III, doc. n.º 705.
- 44 Iva Delgado, *op. cit.*, p. 134.
- 45 Telegrama de Monteiro para o mne, de 19 de Janeiro de 1937, in *dape*, vol. IV, 1965, doc. n.º 743.
- 46 Carta de Salazar para Monteiro, de 4 de Fevereiro de 1937, *ibidem*, doc. n.º 763.
- 47 Telegrama de Monteiro para o mne, de 15 de Fevereiro de 1937, *ibidem*, doc. n.º 793.
- 48 Apontamento de conversa de Armindo Monteiro com Eden, a 3 de Março de 1937, *ibidem*, doc. n.º 830.
- 49 Carta «extremamente confidencial» de 22 de Março de 1937, in Armindo Monteiro e Oliveira Salazar, *Correspondência Política*, pp. 68-84.
- 50 Iva Delgado, *op. cit.*, p. 148.
- 51 As instruções para essa diligência vêm no ofício n.º 37, de Salazar para Monteiro, de 18 de Junho de 1937, in *DAPE*, vol. IV, doc. n.º 1082.
- 52 Telegrama de Monteiro para o mne, de 11 de Abril de 1938, in *dape*, vol. I, n.º 267.
- 53 Ofício de Monteiro para o mne, de 12 de Julho de 1938, in *dape*, vol. V, 1967, doc. n.º 1682.
- 54 Telegrama de Monteiro para o mne, de 26 de Setembro de 1938, *ibidem*, doc. n.º 1771.
- 55 No Arquivo do mne, numa das pastas requisitadas pela comissão do Livro Branco, encontra-se um memorando dactilografado, s.d., ponderando os prós e os contras de um pacto de não-agressão com a Espanha nacionalista. A advertência de Monteiro sobre as possíveis segundas intenções de Franco (garantir a retaguarda para dispor de maior liberdade para atacar a França) vem mencionada no lado das desvantagens.
- 56 Fernando Rosas, *O Salazarismo e a Aliança Luso-Britânica*, p. 112.
- 57 Telegrama de Monteiro para o MNE, de 16 de Março de 1939, in *dape*, vol. V, doc. n.º 1976.
- 58 António José Telo, *Portugal e a nato: o reencontro da tradição atlântica*, pp. 135-174.
- 59 Arquivo do mne, Armário de Ferro, Gabinete do Secretário Geral-7, «Parecer de Armindo Monteiro lido em Conselho de Ministros de Janeiro de 1936» (dactilografado).
- 60 Carta de 22 de Março de 1937 (ver nota 49).
- 61 «Projecto de nota» entregue por Walford Selby nas Necessidades a 30 ou 31 de Março de 1938, in *dape*, vol. I, 1973, doc. n.º 259.
- 62 Telegrama de Monteiro para o mne, de 11 de Abril de 1938 (ver nota 52).
- 63 Memorial e mensagem de Halifax para o mne, de 28 de Outubro de 1938, in *dape*, vol. II, doc. n.º 439.

- 64 Memorial citado num telegrama de Salazar para Monteiro, de 18 de Fevereiro de 1939, in dape, vol. II, 1962, doc. n.o 553.
- 65 Memorial de Salazar à embaixada britânica em Lisboa, de 5/6/1939, ibidem, doc. n.o 745.
- 66 Maria Carrilho, «Política de defesa e de rearmamento», in Portugal na Segunda Guerra Mundial, p. 27.
- 67 António José Telo, Portugal na Segunda Guerra, pp. 44-45.
- 68 Telegrama de Monteiro para o mne, de 5 de Maio de 1939, in dape, vol. II, doc. n.o 687.
- 69 Telegrama de Salazar para Monteiro, de 9 de Maio de 1939, ibidem, doc. n.o 697.
- 70 Telegrama de Monteiro para o mne, de 10 de Maio de 1939, ibidem, doc. n.o 700.
- 71 Telegrama de Salazar para Monteiro, de 13 de Maio de 1939, ibidem, doc. n.o 707.
- 72 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Oficial, Negócios Estrangeiros, 1A, Apontamento relativo ao pedido de demissão do embaixador de Portugal em Londres (redigido por Salazar), de 27 de Maio de 1939.
- 73 Rascunho de carta de Salazar a Monteiro, in Armindo Monteiro e Oliveira Salazar, Correspondência Política, p. 98.
- 74 Carta de Armindo Monteiro a Salazar, de 11 de Junho de 1939, ibidem, p. 94.
- 75 Uma hipótese sustentada por Freitas do Amaral, in O Antigo Regime e a Revolução, pp. 65 e ss.
- 76 Telegrama de Monteiro para o mne, de 5 de Outubro de 1939, in dape, vol. VI, 1970, doc. n.o 114.
- 77 Glyn Stone, The Oldest Ally – Britain and the Portuguese connection, 1936-41, p. 131.
- 78 Idem, ibidem.
- 79 Carta «particular e confidencial» de Monteiro a Salazar, de 4 de Março de 1940, in Armindo Monteiro e Oliveira Salazar, Correspondência Política, p. 102.
- 80 Excerto de uma carta de Armindo Monteiro a Salazar, de 9 de Março de 1940, citada por Franco Nogueira, p. 251 do vol. III de Salazar: as grandes crises (1936-1945).
- 81 Carta de Monteiro a Salazar, de 5 de Maio de 1940, in dape, vol. VI, doc. n.o 645.
- 82 Telegrama de Monteiro para o mne, de 3 de Julho de 1940, in dape, vol. VII, doc. n.o 946.
- 83 Armindo Monteiro enviou extraordinárias descrições do Blitz londrino para Salazar, das quais destacarei os três extensos ofícios intitulados «Blitzkrieg contra a Inglaterra» (16 de Setembro, 23 de Setembro e 5 de Outubro de 1940 – precisamente o momento mais intenso dos bombardeamentos alemães sobre a capital britânica), in dape, vol. VII, sob a numeração de docs. n.o 1162, 1186 e 1217 respectivamente.
- 84 Telegrama de Monteiro para o mne, de 13 de Junho de 1940, ibidem, doc. n.o 852.
- 85 Carta «muito particular e confidencial» de Armindo Monteiro para Oliveira Salazar, de 29 de Outubro de 1940, ibidem, doc. n.o 1259. Poucos dias depois, Franco dava mais um passo tendente à beligerância ao desmantelar a administração da Zona Internacional de Tânger, incorporando-a no Marrocos espanhol.
- 86 «Conversas com Lord Halifax acerca da posição deste em face dos perigos que ameaçam o país, a 19 de Dezembro de 1940, in dape, vol. VII, 1971, doc. n.o 1376.
- 87 António José Telo, Portugal na Segunda Guerra, p. 326. O livro de Telo narra com grande soma de pormenores a evolução destas negociações de Estado-Maior. Na realidade, os objectivos essenciais da missão militar portuguesa consistiam em estudar as

defesas antiaéreas de Londres, observar o moderno material de aeronáutica inglês e sensibilizar a Grã-Bretanha para as necessidades militares do país.

88 Idem, ibidem, p. 417.

89 Idem, ibidem, p. 419.

90 Apontamento de conversa de Armindo Monteiro com Eden, em 10 de Julho de 1941, in dape, vol. IX, doc. n.o 2181.

91 Ofício «muito confidencial» de Monteiro para o mne, de 9 de Setembro de 1941, ibidem, doc. n.o 2274.

92 Ofício «secreto» de Salazar a Monteiro, de 30 de Setembro de 1941, ibidem, doc. n.o 2333.

93 Para a aprovação do plano de colaboração militar luso-britânico, a 3 de Julho de 1942, não foi certamente estranha a acção do então major Humberto Delgado, que tão boa impressão deixou junto das chefias militares inglesas.

94 António José Telo, Portugal na Segunda Guerra, p. 426.

95 Felicitas von Peter, British Foreign Policy Towards Portugal (dissertação de doutoramento, policopiado), p. 99.

96 Telegrama de Monteiro para o MNE, de 18 de Dezembro de 1941, in dape, vol. X, doc. n.o 2838.

97 Ofício «muito confidencial» de Monteiro para o MNE, de 30 de Dezembro de 1941, ibidem, doc. n.o 2951.

98 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Oficial, Negócios Estrangeiros, 1A, Requerimento de Armindo Monteiro solicitando a sua exoneração, de Janeiro de 1942.

99 Carta particular de Armindo Monteiro a Luís Teixeira de Sampaio, de 23 de Fevereiro de 1942, in dape, vol. XIV, 1991, doc. n.o 627.

100 Ofício «confidencial» de Monteiro para o mne, de 31 de Março de 1942, in dape, vol. XV, 1993, doc. n.o 79.

101 Designadamente, o discurso de Salazar de 25 de Junho 1942, «Defesa económica, defesa moral, defesa política», que chegou a motivar um protesto oficial por parte da embaixada britânica.

102 Carta «muito confidencial» de Monteiro a Salazar, de 6 de Setembro de 1942, in Armindo Monteiro e Oliveira Salazar, Correspondência Política, p. 303.

103 Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar, vol. III, p. 159. Em Setembro de 1942, Salazar chega a insinuar que Monteiro enviava cópias das cartas que lhe dirigia a alguém em Lisboa.

104 É o próprio Armindo Monteiro que cita esta expressão num rascunho de um ofício sobre a neutralidade argentina, de 4 de Janeiro de 1943, na posse dos seus filhos.

105 Fernando Rosas, «O Estado Novo, 1926-1974», in História de Portugal, p. 314.

106 Armindo Monteiro e Oliveira Salazar, Correspondência Política, pp. 409-410.

107 António José Telo, Portugal na Segunda Guerra Mundial, 1941-1945, volume I, p. 151.

108 Idem, ibidem, p. 153.

109 Dez Anos de Política Externa, vol. XII, 1985, doc. n.o 88.

110 PRO/FO 954, «Avon Papers», fólio 191.

111 Ibidem, fólio 210.

112 Telegrama de Salazar a Monteiro, de 30 de Junho de 1943, in dape, vol. XII, doc. n.o 105.

113 Carta de Monteiro a Salazar, de 1 de Julho de 1943, ibidem, doc. n.o 110.

114 Despacho de Salazar, de 12 de Julho de 1943, anexo à carta de Monteiro de 1 de Julho de 1943, ibidem, doc. n.o 110.

115 Anthony Eden, exasperado com o temperamento de Salazar, chega a escrever a seguinte minuta, em finais de Julho: «Should we not also consider what use Salazar is to us? There is little cause to bolster him up. Anyway, I should like to withhold agreement to Monteiro's successor and run Monteiro as Salazar's successor», PRO/FO 371 34665.

BIBLIOGRAFIA

aa. vv. (1989). Portugal na Segunda Guerra Mundial. Lisboa: D. Quixote.

Almada, José de (1946/47/49). A Aliança Inglesa – Subsídios para o seu Estudo. 3 vols. Lisboa: Imprensa Nacional.

Alpert, Michael (1994). A New International History of the Spanish Civil War. London [s.n.].

Barros, Júlia Leitão de (1996). Armindo de Sttau Monteiro. Vol. 2 in Dicionário de História do Estado Novo, coordenado por Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito. Lisboa: Círculo de Leitores.

Barros, Júlia Leitão de (1996). A Opção Inglesa. In História, n.o 4: 6-13.

Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista [s.d.]. Correspondência de Pedro Teotónio Pereira com Oliveira Salazar (1931-1944). Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Delgado, Iva [s.d.]. Portugal e a Guerra Civil de Espanha. Lisboa: Europa-América.

Eden, Anthony (1965). The Eden Memoirs – The Reckoning. London: Cassell.

Ferreira, José Medeiros (1993). Características históricas da política externa portuguesa entre 1890 e a entrada na onu. In Política Internacional 1, n.o 6 (Primavera): 113-56.

Ferreira, José Medeiros (1996). Neutralidade. Vol. 2 in Dicionário de História do Estado Novo. Lisboa: Círculo de Leitores.

Gerbert, Pierre, Victor-Yves Ghebali et Marie-Renée Mouton [s.d.]. Les Palais de la Paix – Société des Nations et Organisation des Nations Unies. Paris: Richelieu.

Gilbert, Martin (1989). The Second World War. London: Phoenix Giant.

Kaspi, André (1995). La Deuxième Guerre Mondiale – Chronologie commentée. Paris: Complexe.

Ministério dos Negócios Estrangeiros (1962-1993). Dez Anos de Política Externa – A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial, 1936-1948. 15 vols. Lisboa: Imprensa Nacional.

Ministério dos Negócios Estrangeiros (1936). Boletim Interno (2.a série): 21-7.

Nogueira, Alberto Franco (1977). Salazar: os tempos áureos. Vol. II. Porto: Atlântida.

Nogueira, Alberto Franco (1986). Salazar: os tempos áureos. Vol. III. Porto: Civilização.

Oliveira, César (1987). Salazar e a Guerra Civil de Espanha. Lisboa: O Jornal.

Oliveira, César (1995). Cem Anos nas Relações Luso-Espanholas: política e economia. Lisboa: Edições Cosmos.

Preston, Paul (1993). Franco: a biography. London: Harper Collins.

Rosas, Fernando, Júlia Leitão de Barros e Pedro Aires de Oliveira (1996). Armindo Monteiro e Oliveira Salazar: Correspondência Política, 1926-1955. Lisboa: Estampa.

- Rosas, Fernando (1988). O Salazarismo e a Aliança Luso-Britânica. Lisboa: Fragmentos.
- Rosas, Fernando (1990). Portugal entre a Paz e a Guerra, 1939-1945. Lisboa: Estampa.
- Rosas, Fernando (1994). O Estado Novo, 1926-1974. In História de Portugal, coordenada por José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Salazar, Oliveira (1946). Discursos e Notas Políticas. Vol. II. Coimbra: Coimbra Editora.
- Salazar, Oliveira (1949). Discursos e Notas Políticas. Vol. III. Coimbra: Coimbra Editora.
- Sampaio, Luís Teixeira de (1984). Estudos Históricos. Lisboa: MNE.
- Stone, Glyn (1994). The Oldest Ally: Britain and the Portuguese Connection, 1936-1941. Suffolk: Boydell Press.
- Taylor, A. J. P. (1991). The Origins of the Second World War. London: Penguin.
- Teixeira, Nuno Severiano (1996). «Entre a África e a Europa: a política externa portuguesa, 1890-1986». In Política Internacional 1, n.º 12 (Primavera-Verão): 55-86.
- Telo, António José (1995). «Considerações sobre Portugal e a Segunda Guerra Mundial». In Vértice, 2.ª série, n.º 69 (Novembro-Dezembro): 55-60.
- Telo, António José (1996). Política Externa. Vol. 2, in Dicionário de História do Estado Novo. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Telo, António José (1987). Portugal na Segunda Guerra. Lisboa: Perspectivas e Realidades.
- Telo, António José (1991). Portugal na Segunda Guerra Mundial, 1941-1945. 2 vols. Lisboa: Vega.
- Telo, António José (1996). Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica. Lisboa: Edições Cosmos.
- Von Peter, Felicitas (1996). British Policy towards Portugal in the Second World War. Dissertação de Doutoramento Cambridge [s.n.].